



vida pastoral

maio-junho de 2013 – ano 54 – número 290



Pastoral e aspectos psicológicos atuais

3

O padre e a
saúde emocional
Ênio Brito Pinto

11

A psicanálise,
as depressões,
a culpa e o perdão
José Del-Fraro Filho

17

A necessidade
da psicopedagogia
na educação da fé
Eduardo Calandro
Jordélio Siles Ledo, css

25

A moral do prazer
e o imaginário
“consumista”
contemporâneos
Jurandir Freire Costa

35

Roteiros
Homiléticos
Celso Loraschi

Caros leitores e leitoras,

Graça e Paz!

O modo de vida atual, marcado por competitividade, imediatismo, insegurança nos postos de trabalho, enfraquecimento dos laços afetivos e religiosos, ansiedade pelo sucesso econômico, individualismo e uma série de outras transformações que diminuem a estabilidade e rompem o fio da tradição sem colocar nada de substancial no lugar, tem causado muitos desajustes e problemas psicológicos que afetam também a saúde do corpo. Todos podemos constatar, seja pelas notícias, seja no nosso próprio contexto, o incremento do número de pessoas que sofrem com depressão, desânimo, sintomas hipocondríacos, ansiedades, estresse físico e mental, insônia, fobias sociais, solidão, síndrome do pânico, problemas psicossomáticos, entre outros.

Na prática pastoral e no dia a dia, deparamo-nos constantemente com quadros assim. As pessoas procuram na religião, com sacerdotes e agentes pastorais, orientação e ajuda para a superação de seus problemas emocionais. Há um diálogo ancestral entre religião e saúde, e sabemos que a religião bem vivida pode auxiliar no equilíbrio e na maturidade. Em um volumoso livro¹ da editora da Universidade de Oxford, vários estudiosos apresentaram pesquisas científicas que mostram como a vivência religiosa contribui para a saúde psicológica e biológica, para a imunidade e para a superação de doenças. Nas atividades religiosas e pastorais, podemos ajudar a promover a saúde psicológica das pessoas de diversas maneiras. É isso que Vida Pastoral procura subsidiar e facilitar com os artigos desta edição.

Não é necessário que padres e agentes de pastoral se tornem também agentes ou

profissionais de saúde, entre as diversas atribuições que já têm. Mas muitas das demandas de seu trabalho envolvem conteúdos psicológicos e problemas psicopatológicos que justificam a necessidade de termos noções e condições de dar alguma orientação nesse sentido, ou mesmo recomendar a procura de profissionais da área. As patologias e dificuldades mais graves requerem ajuda profissional, mas as ansiedades existenciais e espirituais merecem também a assistência dos sacerdotes, sem confundir funções nem querer substituir psicólogos ou psiquiatras. Isso pode até mesmo colaborar para evitar que pessoas em dificuldade se tornem massa de manobra de lideranças religiosas inescrupulosas que se aproveitam de situações de crise para ganhos econômicos.

A nossa missão pastoral diz respeito à pessoa humana como um todo, e a transmissão e a vivência da fé dizem respeito não apenas a uma aceitação de doutrinas, mas perpassam todo o ser, emoções, mente, corpo e espírito. Portanto, para evangelizar de maneira eficaz é importante conhecer o público mais a fundo, seu imaginário, seus anseios e dificuldades na situação específica em que vivem.

O cuidado pastoral com o emocional e a psique das pessoas ajuda a lidar também com o excesso de culpas e escrúpulos, com as neuroses, medos, dificuldades de perdoar, de elaborar adequadamente a raiva e demais sentimentos. Em poucas palavras, ajuda-as a não transferir para a religião as fantasias, frustrações e conflitos do inconsciente e as torna mais aptas para a descoberta do verdadeiro Deus, o Deus do perdão, da misericórdia e do amor. Cuidando da nossa saúde emocional e ajudando os fiéis a cuidar da sua, estaremos mais abertos e aptos para sentir e viver Deus em tudo e em todos.

Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp
Editor

1. Harold KOENIG; Harvey J. COHEN. *The Link Between Religion and Health: Psychoneuroimmunology and the Faith Factor*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002.

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO
Diretor Pe. Claudiano Avelino dos Santos
Editor Pe. Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP
Conselho editorial Pe. Jakson F. de Alencar, Pe. Abramo Parmeggiani, Pe. Claudiano Avelino, Pe. Valdir de Castro, Pe. Paulo Bazaglia, Pe. Darci Marin
Ilustrações Luís Henrique Alves Pinto
Editoração agwm produções editoriais

Assinaturas assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789-4000 • FAX: 3789-4011
Rua Francisco Cruz, 229
Depto. Financeiro • CEP 04117-091 • São Paulo/SP
Redação © PAULUS – São Paulo (Brasil) • ISSN 1809-2071
vidapastoral@paulus.com.br
www.paulus.com.br
www.paulinos.org.br
www.vidapastoral.com.br

Vida Pastoral – Assinaturas

A revista Vida Pastoral é distribuída gratuitamente pela Paulus editora às paróquias e instituições cadastradas no Anuário Católico do Brasil. A revista também é distribuída gratuitamente (1 exemplar por pessoa) na rede de livrarias Paulus.

Para as pessoas que moram em cidades onde não há livraria Paulus e desejam receber a revista, as assinaturas podem ser efetuadas mediante envio dos dados para cadastro de assinante (nome completo, endereço, telefone, CPF ou CNPJ) e de contribuição espontânea para as despesas postais. Para os que já são assinantes e desejam renovar a assinatura, pede-se acrescentar aos dados também o código de assinante.

Para contato:

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

Tel.: (11) 3789-4000

Fax: (11) 3789-4004

Para a efetuação de assinaturas, enviar dados e cópia de comprovante de depósito da contribuição para despesas postais para: Revista Vida Pastoral – assinaturas
Rua Francisco Cruz, 229 – Depto. Financeiro
04117-091 – São Paulo – SP

Contas para depósito de contribuição para despesas postais:

Banco do Brasil: agência 0646-7, conta 5555-7

Bradesco: agência 3450-9, conta 1139-8

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44,45,78,79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de setembro, 61 –
Campina – (91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136
Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco I – Edifício
Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilho, 2029
(54) 3221-7797
caxias@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Praça Dom Adauto, S/N
Junto à Cúria – Centro
(83) 3221-5108
joao Pessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21, Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Av. 7 de Setembro, 80
Rel. de S. Pedro
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluiz@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – RAPOSO TAVARES

Via Raposo Tavares, Km 18,5
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metrô Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



O padre e a saúde emocional

Ênio Brito Pinto

A religião tem papel significativo na promoção da saúde emocional de seus fiéis. Os padres e agentes de pastoral podem colaborar no incremento da própria saúde e da saúde dos que o procuram, ajudando na superação das ansiedades em relação ao vazio, à finitude humana, à solidão, à sensação de culpa.

.....
Ênio Brito Pinto, psicólogo graduado pela PUC-RJ e psicopedagogo pela Unip, além de mestre e doutor em Ciências da Religião pela PUC-SP. Autor do livro *Os padres em psicoterapia*, pela editora Ideias & Letras.
E-mail: eniobritopinto@uol.com.br

À medida que o ser humano avança em seus conhecimentos fica cada vez mais à mostra a enorme complexidade que somos, obrigando-nos a novos diálogos e posicionamentos. Uma das áreas nas quais essa necessidade de novos diálogos mais se sobressai é a área da saúde humana. São tantos os conhecimentos, são tantas as especializações geradas nessa área que hoje é praticamente impossível pensarmos em um atendimento de saúde que não seja multiprofissional. Melhor que isso: os conhecimentos que temos hoje na área da saúde humana são tão complexos que obrigam os profissionais a saírem do hospital ou de suas clínicas, ocupando-se cada vez mais com questões ligadas ao ramo mais precioso da área da saúde, a prevenção. Nesse ponto, penso que há um diálogo ancestral que precisa ser retomado, o diálogo entre religião e saúde, de modo que, dentro de suas possibilidades e nos limites de seu campo, os religiosos sejam também agentes cuidadores da saúde humana.



Não defendo que os padres se tornem agentes de saúde ou profissionais da saúde, pois bem sei as tantas funções e as tantas dificuldades que já têm no exercício de seu labor. Mas levanto a questão de que o padre pode ter para com seus fiéis cuidados que promovam também o incremento do cuidado de cada um com a própria saúde e a saúde de seus próximos. Além dos padres, me dirijo também às religiosas, aos religiosos e a leigos e agentes de pastoral que lidam com essas questões no dia a dia.

Embora a participação dos religiosos possa se dar nas mais diversas áreas que dizem respeito à prevenção em saúde, é na área da saúde emocional que eles mais podem se fazer presentes, haja vista que muitos dos pedidos de aconselhamento ou de orientação trazem conteúdos psicopatológicos que justificam, além da orientação pastoral, a orientação sobre saúde emocional e até o encaminhamento para um psicólogo e/ou um psiquiatra que possa complementar o acolhimento a essa pessoa com os procedimentos psicoterapêuticos e/ou psicofarmacológicos que se verificarem necessários e possíveis. Neste artigo, quero refletir um pouco sobre a possibilidade de as pessoas de vida consagrada atuarem como facilitadores do incremento da saúde emocional. Para esse fim, não me aterei à questão das psicoses, deixando-a, por causa de sua enorme e peculiar complexidade, para outro possível artigo.

1. As ansiedades

Quando faço essa proposta de atuação para as pessoas de vida consagrada, não estou trazendo algo que seja exatamente novo: já Paul Tillich, em um de seus memoráveis

livros (1967), aborda essa difícil fronteira entre o trabalho pastoral e o trabalho de busca da recuperação da saúde emocional. Tillich

trata da ansiedade humana e a divide entre a ansiedade existencial, a inelutável ameaça de não ser, e a ansiedade não existencial, patológica, “resultado de ocorrências contingentes na vida humana” (p. 47). No primeiro caso, Tillich (1967, p. 29) distingue três tipos de ansie-

dade existencial, “de acordo com as três direções nas quais o não-ser ameaça o ser”:

o não-ser ameaça a autoafirmação ôntica do homem, de modo relativo, em termos de destino, de modo absoluto, em termos de morte. Ameaça a autoafirmação espiritual do homem, de modo relativo, em termos de vacuidade, de modo absoluto, em termos de insignificação. Ameaça a autoafirmação moral do homem, de modo relativo, em termos de culpa, de modo absoluto, em termos de condenação (p. 30).

Essas três ameaças podem ser resumidas em três ansiedades: “a do destino e da morte (em resumo, a ansiedade da morte), a do vazio e perda de significação (em resumo, a ansiedade da vacuidade), a de culpa e condenação (em resumo, a ansiedade da condenação)” (p. 30). O autor completa: “os três tipos de ansiedade (e de coragem) são imanentes uma na outra, porém normalmente sob a doutrinação de uma delas” (p. 30).

Tillich (1967) afirma que a ansiedade inclina o ser humano para a coragem “porque a outra alternativa é o desespero. A coragem resiste ao desespero tomando a ansiedade dentro de si” (p. 49). Quando trata da ansiedade não existencial, Tillich situa numa espécie de meio termo entre o desespero e a coragem



a pessoa comum (“embora potencialmente neurótica”) e o neurótico, o qual se afirma “numa escala limitada”, “pois o eu que é afirmado é um eu reduzido”, quer dizer, para Paul Tillich, “neurose é o meio de evitar o não-ser evitando o ser” (p. 49).

Dessa forma, a ansiedade de morte, quando não incorporada, “impele a uma segurança que é comparável à segurança de uma prisão (...) Medo deslocado é uma consequência da forma patológica de ansiedade do destino e da morte” (Tillich, 1967, p. 49). Situação semelhante pode ser encontrada na ansiedade de condenação patológica:

a ansiedade de se tornar culpado, o horror de se sentir condenado, são tão fortes que fazem quase impossíveis decisões responsáveis e qualquer espécie de ação moral (...) A autodefesa moralística do neurótico faz com que ele veja culpa onde não existe culpa ou onde se é culpado só de forma muito indireta (Tillich, 1967, p. 56).

Também a ansiedade de vacuidade pode ter sua forma patológica, especialmente na criação de certezas “em sistemas de significação que são sustentados pela tradição e autoridade”. Dessa forma, a pessoa neurótica “duvida do que está praticamente acima de dúvida e tem certeza onde a dúvida é adequada. Acima de tudo, ele não admite a pergunta da significação, em seu sentido universal e radical” (Tillich, 1967, p. 56).

A partir dessa conceituação da ansiedade humana, Tillich (1967) busca tratar da fronteira multiprofissional na lida com essas questões. Assim, para ele, a ansiedade patológica deve merecer cuidados do profissional da área da saúde e a ansiedade existencial merece ajuda sacerdotal, embora nenhuma dessas funções deva ser restrita a cada área, da mesma maneira que “as funções não devem ser confundidas e os representantes não devem tentar um substituir o outro” (p. 57).

Hinário litúrgico sem mistérios com CDs da PAULUS



21 faixas



21 faixas



18 faixas

Imagens meramente ilustrativas.

CDs – Festas Litúrgicas

Volumes I, II, III

Cantos do Hinário Litúrgico da CNBB

A série de quatro CDs apresenta missas completas para diversas festas da Igreja como a Solenidade da Santíssima Mãe de Deus; Apresentação do Senhor; São Pedro e São Paulo; Santíssimo Corpo; Sangue de Cristo; Assunção de Nossa Senhora; Santíssima Trindade, entre outras. São cantos com melodias bonitas e fáceis de cantar.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





Ainda assim e dentro de seus limites, “o ministro pode ser um terapeuta e o psicoterapeuta um sacerdote, e cada ser humano pode ser ambos em relação ao próximo. O alvo de ambos (terapeuta e ministro) é ajudar os homens a alcançarem a autoafirmação plena, a atingirem a coragem de ser” (p. 57).

2. As ansiedades patológicas no mundo pós-moderno

Isso posto, cabem algumas questões: hoje, passados sessenta anos desde que Tillich lançou o livro e as ideias em questão (o trabalho original foi publicado em 1952), haverá diferenças na vivência dessas ansiedades? Como o ser humano atual tende a lidar, em nosso mundo cada vez mais líquido, com as ansiedades não incorporadas pela coragem de que fala Tillich, a ansiedade patológica da morte, a ansiedade patológica da vacuidade, a ansiedade patológica da condenação? Farei algumas reflexões sobre isso.

A ansiedade patológica da morte

A morte, o “não-ser”, a única certeza humana, tende a ser considerada em nossos tempos pós-modernos através de uma paradoxal negação, a qual pode ser vista especialmente sob dois prismas: uma excessiva e imediatista ênfase no presente e uma banalização da morte e do morrer. A ênfase imediatista no presente se faz à custa do passado e do futuro, da tradição e dos horizontes comuns. O que vale é o imediato, se possível vivido de maneira febril, ainda que vazio. É o rápido e o imediato como fuga da condição histórica que caracteriza cada ser vivente e que exige de cada ser a coragem diante da finitude. Ao fugir de sua condição de ser

histórico, cada ser humano pós-moderno vive como se a vida começasse com ele e pudesse se perpetuar eternamente nele, negando o morrer o quanto pode. Nega também a morte através de sua banalização, tão facilmente alcançada em um mundo com tanta gente, onde cada um acaba não sendo mais do que um número.

Se compreendermos o destino como os acontecimentos do mundo que não estão sob nosso controle (ter nascido onde nascemos, no ano em que nascemos, as catástrofes naturais, muitas das oportunidades que temos na vida etc.), a maneira como a pessoa média de

nosso tempo lida com o destino é semelhante a esse jeito de lidar com a morte e também tem seus dois lados mais comuns: por um lado, a tentativa de negar o destino através da onipotência narcísica, a qual afirma que se você agir dentro de certos parâmetros os seus desejos

serão inevitavelmente realizados; por outro lado, a negação do trágico e da inevitável perda decorrente de cada escolha, além da negação das inevitáveis escolhas entre o ruim e o pior, que eventualmente temos que fazer. Alguns resultados dessa maneira de lidar com a ansiedade patológica da morte são o medo da solidão, o pânico, as fobias tantas que vemos descritas na literatura psicopatológica atual.

A ansiedade patológica da vacuidade

O *Dicionário Houaiss* nos ensina que vacuidade, no sentido que tratamos aqui, quer dizer “vazio moral ou intelectual, vaziez de espírito, sensação de ausência de valor, de sentido em si ou fora de si”. Muito possivelmente essa descrição traduz a queixa (ou o fundo da queixa) da maioria das pessoas que procuram ajuda do sacerdote ou do psicoterapeuta. Essa sensação caracteriza, a depender

“Grande parte do sofrimento neurótico humano vem da dificuldade em aceitar os limites do aqui-e-agora.”



de como é vivida, a depressão ou o estado depressivo, quando não o tédio existencial, também um sintoma importante. Que alternativas a cultura pós-moderna oferece às pessoas para lidar com sua autoafirmação, a legítima necessidade de afirmação autônoma de si como ser pertinente a este momento e a este lugar? Não, o que a cultura nos oferece não é o vivificante contato com nossa pequenez que nos é proporcionado pela contemplação do céu estrelado, do mar agitado ou da serra azulada; tampouco é a possibilidade dos contatos amorosos e propiciadores de proximidade e intimidade. As alternativas que a cultura pós-moderna oferece para que as pessoas lidem com sua necessidade de autoafirmação são a ostentação e a certeza. Por um lado, parecer ser é o mais importante; por outro lado, não perguntar, obedecer cegamente, entregar-se sem questionamentos à verdade do outro, especialmente quando esse outro é a religião, o mercado ou o especialista. Ao fim, com esse caminho propiciado hoje pela cultura, a vida rasa nega o difícil e potencialmente criativo contato com a prescindibilidade inerente à vida de cada um de nós.

A ansiedade patológica da condenação

Por fim e igualmente importante, a trabalhosa lida com a culpa. Volto ao Houaiss para deixar claro como estou aqui compreendendo a culpa: “consciência mais ou menos penosa de ter descumprido uma norma social e/ou um compromisso (afetivo, moral, institucional) assumido livremente”. Lembro que esse descumprimento pode ser também com relação aos compromissos que assumimos conosco em nosso próprio benefício. Em nossos tempos, as pessoas lutam, às vezes lutam muito, para não se sentirem culpadas, como se a culpa fosse sinal de fraqueza ou de fracasso, quando é justamente o contrário. A culpa tem uma função para o ser humano: apontar possibilidades de correção, de reparação e/ou de

Conheça mais a emocionante trajetória do povo cristão



648 págs.

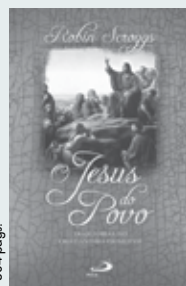
História do movimento cristão mundial

Volume I

Do cristianismo primitivo a 1453

Scott W. Sunquist

O livro leva em conta as diversidades de crenças e práticas, ao longo dos dois milênios passados, ao retratar de maneira fidedigna a história do movimento cristão mundial.



304 págs.

O Jesus do Povo

Trajetórias no Cristianismo Primitivo

Robin Scroggs

Em busca dos padrões de pensamento que construíram as crenças primitivas a respeito de Jesus, o autor levanta e correlaciona três concepções com as realidades e necessidades sociais de comunidades primitivas distintas.

Vendas: (11) 3789-4000

0800-164011

SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.



aprimoramento. A pessoa média de nossa cultura tende a lidar com a culpa também basicamente de duas maneiras, ambas prejudiciais: por um lado, nega com muita frequência a culpa, busca a chamada “psicologia positiva” e afirma que aquilo de que se culpa vai acabar futuramente se mostrando como benéfico, algo positivo; por outro lado, transforma a culpa em condenação, ou em repetitivo sentimento de culpa que paralisa as possibilidades de crescimento e de atualização. Quando muito e embora tenha muita dificuldade de pedir, quer o perdão, desde que não tenha que fazer qualquer reparação ou mudança; com a mesma facilidade condena dura e concretamente os outros, impossibilitando também a aprendizagem, a mudança e a reparação. Além disso, a pessoa média de nossa cultura tende a ter muita dificuldade para perceber que às vezes seus erros são maneiras criativas de se propor inovações e mudanças.

Eventualmente toda pessoa passa por situações dessa maneira, e não é isso o que caracterizaria um sofrimento patológico. Para que possamos pensar nessas vivências como patológicas, é preciso atentar para algumas peculiaridades: falta flexibilidade, ou seja, há repetição e persistência dessas vivências, com dificuldade para responder adequadamente ao que exige cada situação, em várias áreas da vida (pessoal, profissional, relacional, familiar etc.); essas repetições provocam continuamente sofrimento e prejuízo na convivência da pessoa consigo mesma e com os outros, especialmente os outros mais importantes; a liberdade da pessoa está tolhida, entendendo aqui liberdade como a capacidade de fazer escolhas com o maior grau possível de conscientização e de responsabilização; com tudo isso, as rela-

ções humanas, nascedouro e alimento da condição humana, ficam empobrecidas.

3. Possíveis caminhos para a mitigação da ansiedade patológica

Ainda que, por causa do pouco espaço que tenho aqui, essas manifestações atuais da ansiedade patológica tenham sido colocadas de maneira muito genérica e pouco aprofundada, a partir delas podemos pensar em alguns caminhos básicos, algumas atitudes que podem ser úteis para cada pessoa em busca de uma vida mais plena e para servirem de possível referência para o padre como agente facilitador da saúde emocional em seu contato com os fiéis. Mais uma vez, a proposta é maior do que o possível neste pequeno artigo, de modo que me permitirei destacar muito sucintamente três atitudes básicas que, se implementadas, facilitem a abertura da possibilidade da superação ou da mitigação da ansiedade patológica: a consciência da finitude como caminho para a busca da presentificação e da plenitude de vida; a autonomia, ou a consciência dos valores próprios na busca de horizonte e sentido; a busca da difícil congruência como forma de autoaceitação e de crescimento.

A presentificação, matriz do cuidado e da plenitude

Do ponto de vista psicológico, a melhor maneira que temos para lidar com a ansiedade da morte é a presentificação, quer dizer, a partir da inevitável consciência da finitude e da inevitabilidade da confrontação com o destino (não somos simples espectadores ante nosso destino, mas atuantes em nossas experiências), a atitude mais saudável para a

“Isso amplia a qualidade da participação comunitária, provocando, através da aceitação de si, presença mais atenta e cuidadosa nos grupos.”



pessoa humana é ampliar sua consciência e sua vivência do presente, pois é apenas no presente que podemos existir, nos cuidar (e cuidar de nossas comunidades e do ambiente) e fazer nossas coisas. Grande parte do sofrimento neurótico humano vem da dificuldade em aceitar os limites do “aqui-e-agora”, o potencialmente criativo ponto de encontro do passado, do presente e do futuro. É no presente que temos consciência dos limites e das possibilidades, dos nossos recursos já disponíveis e daqueles recursos que ainda precisamos desenvolver, bem como das possibilidades que temos para bem utilizar os recursos internos e os recursos ambientais disponíveis. Com isso não estou falando de imediatismo e de seu inevitável vazio, antes, pelo contrário. Ficar o mais possível no presente significa dar-se conta de que é no presente que temos nossas recordações, que lembramos de nosso passado e com ele aprendemos e o honramos, da mesma maneira que é no presente que estudamos nossas possibilidades futuras, que fazemos nossos projetos para o futuro ou que acalentamos nossos sonhos, de modo que é no presente que podemos ter ações ou atitudes que nos coloquem mais adequada e pacientemente em busca dessas possibilidades, desses projetos e desses sonhos. Essa presentificação nos situa no lugar da ação possível, o lugar da coragem, ao mesmo tempo em que nos coloca mais claramente diante de nossos limites a cada momento. Isso tende a ampliar a qualidade de nossas escolhas e do senso de responsabilidade delas decorrente.

A autonomia, matriz de horizonte e sentido

Outro ponto que denota a saúde emocional de uma pessoa é sua capacidade de autonomia, a maneira de lidar com os valores e o sentido atribuído ao vivido e à vida. Autônoma é a pessoa que governa a si própria, que confia em seus próprios valores, ao contrário

da pessoa heterônoma, que é aquela que se governa com base no raciocínio e no código de valores de outrem. Para Rogers (1977, p. 21), a pessoa autônoma

orienta-se por sua própria experiência e esta nem sempre coincide com as normas sociais (...) Compreende que às vezes sente a cooperação como significativa e valiosa para si, e que, em outras vezes, quer estar só (...) É sua vivência que proporciona a informação de valor ou *feedback*. Isto não quer dizer que não esteja aberta a todas as provas que possa obter de outras fontes. Mas quer dizer que estas são aceitas como são – provas exteriores – e não são tão significativas quanto as suas reações (...) prefere as experiências que, a longo prazo, são enriquecedoras; utiliza toda a riqueza de sua aprendizagem e funcionamento cognitivos, mas, ao mesmo tempo, confia na sabedoria de seu organismo.

Do ponto de vista da saúde emocional, é imensa a importância do desenvolvimento dos próprios valores (vale dizer, da autonomia), pois nossos valores são o farol que ilumina nossos horizontes, ao mesmo tempo que fundamentam nossa intencionalidade, o caminho pelo qual significamos o que nos sucede no correr da existência. O desenvolvimento dos próprios valores é tarefa a ser cumprida paulatinamente e concomitantemente com o desenvolvimento da personalidade, pois a autonomia é conquistada diariamente por toda a vida, é luta sem fim, que tem diferentes desafios e diferentes limites para as diferentes etapas do amadurecimento humano. Desse modo, a autonomia de um adolescente é necessariamente diferente da autonomia de um adulto, mas ambas representam um dos mais delicados desafios colocados ante o ser humano em sua existência.

Assim, o ponto essencial da autonomia é que a pessoa se torne apta a tomar decisões



por si mesma, encontrando sentido no que vive e por ser vivo. Então, e só então, ela poderá tornar-se livre, entendendo aqui a liberdade como a define Rollo May (1987, *passim*), ou seja, a forma como a pessoa se confronta com seus limites, como dialoga com seu destino na vida cotidiana. May (1987, p. 128) lembra-nos, ainda, que a liberdade é inseparável da responsabilidade: “pois a liberdade ilimitada é como um rio sem margens; a água não é controlada e o fluxo se derrama em todas as direções, perdendo-se na areia”.

A congruência, matriz da construção crítica

Por fim, outro dos desafios que são colocados para o ser humano em busca da saúde emocional é a necessidade da congruência, a difícil afinação entre o experimentado, o conscientizado e o expresso. É a congruência que permite a sensação de que se é real, autêntico, coerente quanto aos sentimentos, aos atos e às palavras. A congruência abre para as pessoas a possibilidade de viverem relações de pessoa a pessoa, portanto, relações mais humanas. A pessoa saudável tem presentes os sentimentos que vivencia a cada momento, tem consciência desses sentimentos e é capaz de vivê-los, de se responsabilizar por eles, sendo também capaz de comunicá-los, se isso for adequado (cf. Carl Rogers, 1977, p. 61). Além disso, por causa de sua busca de congruência, não se julga, não busca a perfeição,

aceita-se como é e busca ser cada vez mais o que é; sabe lidar criativamente com a culpa, compreendendo-a como indicação para reparações, mudanças e/ou aperfeiçoamentos. Isso amplia também a qualidade da inevitável participação comunitária, provocando, através da aceitação de si como ser intrinsecamente gregário, presença mais atenta e cuidadosa nos grupos de pertinência. A luta aqui é contra a apatia e os “deverias” e a favor do verdadeiro e da acolhida de si e do outro (com seus paradoxos), uma luta difícil em um mundo fortemente marcado pelas receitas, pela falta de uma postura crítica, pela uniformização, pelo “espírito de rebanho”, no mau sentido da expressão.

Finalizando

Para terminar, enfatizo a decisiva importância de que o ministro, no contato com os fiéis e consigo mesmo, se pergunte sobre quais valores norteiam realmente sua atividade a cada momento. Além disso, de nada adianta o ministro tomar as reflexões que desenvolvi aqui como caminhos somente para o outro. É preciso que ele comece por si, humano que também é. Especialmente, é importante perceber que os valores que nos guiam são valores, não verdades. Ainda que nos sustentem bem, são provisórios; ainda que pareçam imutáveis, são flexíveis. A vida bem vivida não tem lugar para certezas absolutas, só para a coragem, a coragem de ser. ●

Referências bibliográficas

- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MAY, Rollo. *Liberdade e destino*. Porto Alegre: Rocco, 1987.
- ROGERS, Carl; STEVENS, Barry. *De pessoa para pessoa: O problema de ser humano*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- TILLICH, Paul. *A coragem de ser*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.



A psicanálise, as depressões, a culpa e o perdão

José Del-Fraro Filho

A psicanálise pode ajudar o cristão a depurar e amadurecer sua fé e a não deslocar para Deus e a religião fantasias, frustrações infantis, neuroses e excessos de culpa, rigidez e de moralismo.

José Del-Fraro Filho, psiquiatra, psicanalista, autor do livro *Os obstáculos ao amor e à fé: Amadurecimento Humano e Espiritualidade Cristã*, Paulus.
E-mail: clinicafraro@planetarium.com.br

1. A psicanálise e as depressões

É muito comum, como psicanalista, receber no consultório pessoas arrasadas pela angústia e em estado depressivo considerável. Nos dias de hoje, as depressões assolam jovens, adultos, idosos (vinte vezes mais comuns nessa faixa etária) e até mesmo crianças... As depressões são distúrbios que muitas vezes necessitam de auxílio medicamentoso por se relacionarem a alterações bioquímicas passíveis de ser harmonizadas com psicofármacos. Porém, sempre recomendo aos meus clientes que naveguem em águas mais profundas e aproveitem o momento para uma análise, ou seja: para uma viagem ao interior de si mesmos.

Os remédios bloqueiam os sintomas ao harmonizar a bioquímica alterada. Porém, além de fatores genéticos, a pós-modernidade, com seu individualismo, competitividade, afrouxamento dos laços afetivos, neoliberalismo,



associada à história singular de cada sujeito, vai definir a saúde ou doença e o grau de saúde psíquica das pessoas. Nos conflitos psicológicos, os medicamentos pouco podem fazer... Muitas pessoas chegam desesperadas aos consultórios e demandam verdadeiros milagres através dos psicofármacos. É preciso contextualizar e ponderar a complexidade do distúrbio e não embarcar no imediatismo, outro engodo de nossos tempos.

Ajudar o cliente a criar uma demanda, uma questão, uma pergunta fundamental, uma dúvida sobre suas neuróticas certezas, um hiato no seu discurso projetivo e muitas vezes sem faltas é tarefa fundamental na tentativa de diminuir sua alienação a respeito de si mesmo. Seria aparentemente muito mais fácil buscar solução que venha de fora, sem esforço ou trabalho psíquico, sem ter de tocar em suas feridas, sem ter que revirar a intimidade.

Apesar de ser inerente ao ser humano, a ambivalência de sentimentos nas pessoas depressivas chega a extremos, desencadeando a doença. As perdas reais e imaginárias que o deprimido passa ao longo de sua vida, principalmente em sua infância e adolescência, o conduzem processualmente à depressão. Essas perdas e falta de cuidados, a maioria inconscientes, levam o sujeito a fantasias de destrutividade e retaliação em relação às pessoas amadas. Odiar e destruir, inconscientemente, aqueles que mais amamos é um conflito árduo para nossas frágeis almas.

Os depressivos geralmente são muito exigentes consigo próprios e têm ideais muitos altos, já “engoliram muitos sapos”, justamente das pessoas que mais amam, e estão cheios de mágoas e ressentimentos.

Processar lentamente essas feridas estampadas e escondidas pela própria depressão é

desafiador, porém grandemente libertador. E a energia psíquica envolvida no conflito poderá ser utilizada para outros fins, melhores para o sujeito e a sociedade.

A análise existe para processar todos esses conflitos inconscientes; a pessoa poderá reviver, sem julgamento do analista, sua dor, mágoa, ódio, sua destrutividade.

2. A psicanálise, a culpa e o perdão

Nessa etapa, gostaria de abordar de onde vem boa parte de nossos sentimentos de que estamos em pecado ou em dívida com as pessoas, com o mundo, com Deus.

Nós temos em nossa consciência um espaço de liberdade e discernimento a nos implicar em nossas ações e escolhas. Porém o inconsciente se interliga ao consciente de forma inextricável e constitutiva da consciência. Isso nos leva ao raciocínio de que nossa liberdade é apenas parcial no que se refere às nossas condutas. Muito daquilo que denominamos pecado é na verdade limitação histórica, falta de cuidados recebidos, falta de amor que acirra nossa destrutividade e culpa inconsciente, e não pecado.

A criança e o adolescente, ao se tornarem adultos, carregam, independentemente de terem alguma religião, maior ou menor grau de culpa. Isso se dá pelas seguintes situações vividas por todos nós no amadurecimento emocional (apenas enumerando algumas delas):

- Culpa por ter desejado ser exclusivo no desejo e na vida da mãe (e os desejos inconscientes não morrem nunca);
- Culpa por ter desejado, na fantasia, destruir o seio e o corpo materno e a própria mãe como pessoa, por ter sido frustrado

“Movidas e freadas pela culpa inconsciente, as pessoas passam a tratar o próximo com enorme severidade e rigor, como seus superegos as tratam.”



no desejo de exclusividade e por ela não ter satisfeito todos os nossos desejos e necessidades;

- Culpa por ter desejos incestuosos pelo genitor do sexo oposto e pela rivalidade com o genitor do mesmo sexo;
- Culpa por não ter pelos pais apenas sentimentos sublimes, construtivos;
- Culpa por ter desejado a morte de irmãos rivais;
- Culpa por ter desejado excluir o pai da relação mãe e filho(a);
- Culpa por ter desejado, de maneira homoerótica o genitor do mesmo sexo ou criança do mesmo sexo;
- Culpa por não corresponder totalmente aos ideais dos pais, e por atos que a criança, ao crescer (superego), percebe serem contrários aos interesses civilizatórios e familiares;
- Culpa pela ambivalência afetiva constitutiva: amor e ódio pela mesma pessoa (pais);
- A culpa é constitutiva da natureza humana, o excesso de culpa é patológico.

Mediante esse rosário de culpas, a criança, para não sucumbir, elabora fantasias e atos reparadores. O amor e a sobrevivência dos pais são fundamentais para que as reparações inconscientes possam integrar melhor o seu amadurecimento. A reparação pode acontecer de várias formas, sadias e neuróticas, e pode nos transformar em adultos éticos, criativos, bondosos, sublimes ou submissos, excessivamente escrupulosos, obsessivos etc. Tudo isso movidos pelo desejo de reparação interna e externa.

Quando, na vida adulta, alguma situação apresenta semelhança com aquilo já vivido, o inconsciente se manifesta e vem à tona algum rastro ou marca de culpa em

nossas consciências. A angústia sobrevém e sentimos necessidade de dar um nome ao vivido. Esse descompasso, essa inadequação, essa coisa fora de lugar que incomoda e gera desconforto costumamos associar, em nossa cultura judaico-cristã, a pecado.

Há Igrejas e modelos de Igrejas que tentam trabalhar a pessoa, bem ou mal intencionadas (não cabem aqui julgamentos), pelo prisma do moralismo, do dogmatismo e fundamentalismo. O ser humano, nesse estado, acaba perdendo muito de sua espontaneidade e criatividade, além da capacidade de crítica. Movidas e freadas pela culpa inconsciente, vivida na consciência como pecado, as pessoas se tornam massa de manobra, escravas de líderes carismáticos, de normas e regras farisaicas. E elas passam a tratar o próximo com enorme severidade e rigor, como seus superegos as tratam.

Escutando tantas pessoas todos os dias e há tantos anos em consultório, a cada dia mais me convenço de que a culpa mal trabalhada leva não somente a excesso de escrúpulos, mas a neuroses, precipita doenças como a síndrome do pânico, obsessões e até mesmo graves doenças psicossomáticas. Mas, principalmente, conduz o ser humano a uma infelicidade crônica, a um boicote quanto a uma boa qualidade de vida.

A misericórdia que Jesus teve e tem por todos nós – filhos pródigos e herdeiros de nosso próprio inconsciente e ideologias – deveria ser emblemática para nossas condutas quanto a nós mesmos e aos outros. Realmente, não sabemos com exatidão aquilo que fazemos conosco e com o próximo. Muito menos sabemos as reais motivações quanto às condutas dos outros em relação a nós mesmos.

O amor a Deus e ao próximo e o maior conhecimento e amor por nós mesmos são as principais fontes de restauração aos danos reais e imaginários e às culpas reais e imaginárias que carregamos. São as principais formas de restaurarmos nosso ser e aqueles que amamos.



3. Psicanálise, perdão, culpa e religião

Falar a respeito de pecado e perdão sempre tocou o inconsciente e as emoções das pessoas. Em dias atuais, é comum a palavra “pecado” provocar reações díspares. Em um extremo pode mobilizar tristeza, pânico, graves inibições. No polo oposto poderá sobrevir deboche, indiferença, pois, para algumas pessoas, falar sobre esse tema é “careta”, ultrapassado.

Nesse grupo existe uma subdivisão interessante: há aqueles que se afastam completamente dessa questão por não acreditarem em nada que se refira à religião e aqueles que não suportam sequer escutar a palavra “pecado”. Associam-na a sacrifício e penitências absurdas. De seus inconscientes, retornam cenas de abuso de poder dos pais e de igrejas. Percorreram um árduo caminho para se libertarem das amarras do castigo, do medo e, após alto custo emocional e tortuoso caminho, descobriram, enfim, o amor de Deus.

Penso que nos extremos desse grupo pode existir, como pano de fundo, um intenso sentimento de culpa inconsciente, forjado na infância dessas pessoas e não trabalhado por elas. Os pais, as famílias, as igrejas podem colaborar e muito para evitar esse excesso de culpa, que paralisa o ser humano. As crianças leem no comportamento e no inconsciente dos pais como elas devem ser para se sentirem amadas. E para angariar estima e amor se moldam no que imaginam corresponder ao desejo deles. Muitas não puderam expressar e reprimiram excessivamente suas raivas, mágoas e a sexualidade. Para essas pessoas, as religiões podem desencadear novas culpas, reagudizar conflitos inconscientes ou ser uma alavanca em que se submetem compulsivamente a normas, regras, numa obediência cega e infantil. Perdoam o próximo simplesmente “porque Jesus mandou”, não se permitindo sentir raiva, questionar, refletir, elaborar os fatos vividos.

O perdão é um processo gradual, lento, doloroso, em que muitas vezes precisamos vivenciar angústia, indignação e sentimentos contraditórios. Conflitos, ambivalência, medo, raiva, culpa podem ser mobilizados, e não devemos reprimi-los excessivamente.

A fé, infelizmente, pode ser utilizada como válvula de escape para a pessoa não se dar conta de sua própria agressividade. E perdoar pode se transformar em compulsão a reprimir a agressividade sentida, mediante a ofensa recebida. O motor de todas essas defesas é o terrível sentimento de culpa inconsciente desse grupo de pessoas, nada desprezível em termos numéricos.

As religiões podem funcionar como fuga de uma agressividade mal canalizada, e a pessoa não somente reprime a raiva que sente como retorna a mesma para o seu próprio interior. Uma fé assim vivida pode levá-la à depressão, pânico e até graves doenças psicossomáticas ou, no mínimo, a uma má qualidade de vida. Algumas pessoas rompem bruscamente ou não aderem a nenhuma religião, criticando todas elas.

A psicanálise é a ciência que lida com esses sentimentos de culpa da pessoa. Essa ciência promove um maior espaço de liberdade e responsabilidade na construção de sua história e do mundo.

Infelizmente, Freud só percebeu a religião como uma neurose coletiva movida pela culpa e pelo infantilismo, em que a criança projeta na figura de Deus seu desamparo infantil e transfere (quando adulto) seus anseios de amor infinito, dos pais para um “deus de prótese”.

Para um psicanalista cristão chega a ser doloroso esse fosso, esse abismo aparentemente existente entre psicanálise e religião, que o próprio Freud tentou sustentar. Porém, é preciso lembrar que Freud sofreu muito em sua infância com as humilhações e desprezos que seu pai, Jacob, passava por ser judeu. Além disso, tinha grande receio



de que o puritanismo vitoriano, vigente na sua época, rechaçasse suas desconcertantes descobertas psicanalíticas. Apesar disso, nunca recusou pacientes que se declarassem adeptos de quaisquer religiões e se tornou grande amigo de um pastor chamado Pfister. Esse último se tornou psicanalista e amigo para sempre.

A psicanálise pode ajudar o cristão justamente nos pontos que Freud criticou. Ela pode nos ajudar a desfazer mitos inconscientes, idealizações quanto aos nossos pais da infância, auxiliar na elaboração de nossa agressividade e a desfazer os conflitos de nossa sexualidade. Articulada a uma fé madura, nos ajuda a não deslocar para Deus e a religião nossas fantasias e frustrações infantis.

E assim depurados pela psicanálise das ilusões e idealizações infantis, e de nossos excessos de culpa, estaremos mais aptos na descoberta do verdadeiro Deus: o Deus do perdão, da misericórdia e do amor. Integrados pela fé madura e mais livres de nossos conflitos inconscientes, estaremos mais abertos para sentir e viver Deus em tudo e em todos.

4. Psicanálise e perdão

Parece estranho à primeira vista, mas algumas vezes em nossas vidas não conseguimos perdoar com profundidade, porque não sabemos exatamente o que e a quem realmente perdoar.

É que a força e o conteúdo maior de nossos sentimentos, mágoas, feridas se referem a situações tão penosas e antigas – nos reportam à nossa infância e adolescência – que os recalamos em nossos inconscientes e nos tornamos alienados desse saber. Porém, na vida

adulta, quando situações semelhantes acontecem conosco, deslocamos com toda força nossas indignações e mágoas reagudizadas para a situação atual. A mesma ganha fortes pinceladas emocionais, e a mágoa dirigida às pessoas das relações atuais é desproporcional. Assim, é comum escutarmos pessoas falando que “não foram com a cara” de alguém, mesmo que este jamais tenha feito qualquer coisa de prejudicial a elas... Isso não se refere apenas ao “narcisismo das pequenas diferen-

ças”, como nos ensinou Freud. O inconsciente é formado por traços de memória, por representações e fantasias que a criança produz a partir de suas vivências, principalmente com os pais e irmãos. Muito do que sentimos, na atualidade, vem dessa fonte que se aproveitou de um gancho, de um dado atual para se reatualizar em nossas vi-

das. Até mesmo um olhar, um lugar, um jeito de falar pode detonar a angústia ou o amor... Não somos senhores de nossa própria casa, de nosso eu, e o inconsciente penetra e se apodera de boa parte dessa casa. Algumas vezes tratamos um vizinho ou algum colega de trabalho com desconfiança ou frieza. Pequenas desavenças se transformam em grandes confusões e disputas, pois no inconsciente, vizinho, colega, por associação, pode representar um próximo, um irmão rival da infância. Na vida amorosa, catástrofes, brigas, separações muitas vezes seguem a lógica do inconsciente, da realidade psíquica.

Corremos o risco de deslocar, projetar, transferir para o cônjuge todos os nossos anseios e desejos de sermos amados incondicionalmente. Idealizamos uma relação como gostaríamos de ter tido com nossa mãe (ou pai). No momento em que o cônjuge sai desse

“A culpa mal trabalhada leva não somente a excesso de escrúpulos, mas a neuroses, precipita obsessões, doenças psíquicas e até mesmo graves doenças psicossomáticas.”



lugar ou “falha”, todos esses anseios primitivos de amor ideal podem vir à tona e a desilusão e a mágoa inconscientes podem reaparecer ou nos causar angústias inexplicáveis ou até mesmo depressões.

A figura de um político, policial, padre, professor ou alguém que se coloque como autoridade, lei, pode ter o poder de nos remeter às nossas mais primitivas angústias, medos e raivas enraizados nas formas como essas leis foram passadas por nossos pais e introjetadas por nós.

Muitas vezes perdoamos as pessoas de nossa realidade atual, fazemos um esforço tremendo para resolver a situação. Mas a ferida mais profunda inconsciente e infantil continua intocável. Somente aparamos a planta desse mal, mas suas raízes psicológicas continuam vivas e prontas para se manifestar na primeira oportunidade que tiverem.

Perdoar é um processo complexo de libertação emocional e espiritual. Conversar com Deus, com o padre, o amigo, o psicanalista, com o agente da dor, tudo isso pode fazer parte desse belo, doloroso e lento processo. Silenciar, negar, sufocar a raiva inicial que o acontecimento provoca são as piores soluções, pois isso não ajuda a elaborar o acontecimento e a realmente se livrar e aprender com a situação. O ideal é que a pessoa consiga expor para o outro o quanto foi atingida, e que no diálogo possa haver crescimento para ambos e a reconciliação se faça. Porém, nem sempre isso é possível. Não controlamos o outro, sua capacidade de rever a si mesmo e seu grau de espiritualidade. Quando a ferida é muito profunda, ela ainda deixa um resto, uma cicatriz pela vida toda. Ela só irá esmaecer-se por completo no instante final, quando o ser humano em sua

liberdade final estará mais próximo de suas verdades derradeiras: a bondade e a misericórdia de Deus presentes.

A capacidade de perdoar se diferencia de pessoa para pessoa. O grau de maturidade da fé e a história singular da pessoa definem esse potencial. Para aqueles a quem foi dada pouca oportunidade, em sua infância, de restaurar os outros, quando diante de sua destrutividade, o perdão é mais difícil. A criança é dotada do desejo de destruir a si e aos outros quando sente falta de cuidados ou excessivas frustrações. Cabe aos pais a tarefa de diminuir essa destrutividade através do amor. Caso este falte, as fantasias destrutivas aumentam e a capacidade de reparação da criança pelos danos feitos em fantasia aos pais diminui. Quando adultos, terão menos capacidade de reflexão e implicação nos seus atos, menos capacidade de perdoar a si e aos outros.

Perdoar significa avanço psicológico e espiritual. É restaurar o outro e o mundo interno. Ao perdoar o outro, estamos inconscientemente dando uma trégua ao nosso próprio eu. Em termos de psicanálise, nosso superego – nossa parte da mente que observa, julga e pune nossos desejos (Id) e atos – se torna, no ato do perdão, menos exigente, menos carrasco. Nosso eu se torna mais livre e saudável. Tratamos os outros conforme o nosso superego nos trata. Quando perdoamos o outro, automaticamente nos apaziguamos.

Fazer o bem ao próximo deveria ser tão caro a nós quanto o bem que gostamos e precisamos receber dele. Porém, a psicanálise nos ajuda a penetrar na profundidade das palavras de Jesus na cruz: “Pai, perdoai, eles (TODOS NÓS) não sabem (AO CERTO) o que fazem” (SABEMOS APENAS PARCIALMENTE O QUE FAZEMOS). ●



A necessidade da psicopedagogia na educação da fé

Eduardo Calandro e Jordélio Siles Ledo, css

A psicopedagogia catequética é um caminho de aprofundamento de reflexão para que o(a) catequista, como educador da vida e da fé das pessoas que estão na catequese, compreenda melhor o desenvolvimento humano e o da fé.

Eduardo Calandro, padre da diocese de Goiás-GO, especialista em Psicologia e Pedagogia Catequética, mestrando em Psicologia pela PUC-GO, onde leciona no curso de especialização em catequese; coautor da coleção Catequese conforme as idades – psicopedagogia catequética, pela Paulus.

E-mail: educalandro@ig.com.br

Jordélio Siles Ledo, css, padre estigmatino, especialista em Pedagogia Catequética e Psicodrama; professor do curso de especialização em catequese pela PUC de Goiás, membro do Centro de Formação Permanente (CEFOPE); coautor da coleção Catequese conforme as idades – psicopedagogia catequética, pela Paulus.

E-mail: jordelioledo@yahoo.com.br

1. A psicopedagogia catequética: conceitos e definições

A psicopedagogia surgiu a partir dos conhecimentos trazidos da pedagogia e da psicologia e evoluiu em busca de um corpo teórico próprio, como uma ciência norteadora dos procedimentos necessários ao trabalho com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, objetivando o reconhecimento das capacidades individuais e o processo de desenvolvimento pelo qual a pessoa passa. Nessa trajetória histórica e evolutiva, a psicopedagogia encontrou muito de seus aportes teóricos na integração de vários campos de conhecimento, com a função de ter uma compreensão mais integradora do processo da aprendizagem humana. Nesse sentido, enquanto produção de conhecimento científico, a psicopedagogia nasceu da necessidade de uma melhor compreensão do processo de aprendizagem, não se bastando como aplicação da psicologia à pedagogia.



A psicopedagogia estuda o ato de aprender e ensinar, levando sempre em consideração as realidades interna e externa das aprendizagens em conjunto. Estuda o processo complexo da construção do conhecimento, como também os aspectos cognitivos, afetivos e sociais.

Pode-se conceituar o termo psicopedagogia como a busca de metodologia apropriada para elevar o nível de aprendizagem da pessoa. Dentro de nosso trabalho e missão na catequese, a psicopedagogia quer contribuir com a pedagogia catequética, aprofundando nos processos de desenvolvimento da maturidade e aprendizagem humanas, bem como o processo de educação da fé, uma vez que não podemos perder de vista que a catequese não é apenas ensino de conteúdo, mas também uma mensagem que se transmite a partir de um caminho mistagógico. Como toda mensagem tem um interlocutor, se o catequista não estiver atento ao desenvolvimento do seu catequizando, poderá se equivocar na preparação de seus encontros de catequese.

Portanto, quando falamos em psicopedagogia catequética, estamos propondo um aprofundamento, uma reflexão para que o(a) catequista, como educador da vida e da fé das pessoas que estão na catequese, compreenda melhor o desenvolvimento humano, bem como os estágios da fé dos nossos catequizandos.

Com a psicopedagogia catequética pretendemos refletir sobre os interlocutores da nossa catequese: idosos, adultos, jovens, adolescentes e crianças, buscando compreender como se dá a educação da fé, bem como as características da aprendizagem humana dentro de cada momento da vida, do seu pro-

cesso evolutivo, como a pessoa que assimila e acolhe a mensagem.

A vida acontece em etapas. O ser humano, ao longo de sua existência, vai se desenvolvendo e adquirindo capacidades para aprender e conhecer a realidade. No entanto, para que a educação desse ser humano em desenvolvimento aconteça, é necessário que o conhecimento seja adaptado segundo a sua capacidade, ou seja, se queremos

evangelizar os nossos catequizandos precisamos adaptar a mensagem da catequese segundo a sua maturidade humana, afetiva e cognitiva.

Não é possível elaborarmos uma catequese para crianças e a aplicarmos a adultos. Cada um tem seu momento específico, pois o ser humano

é um ser inacabado, podemos sempre nos refazer, é um ser de possibilidades inserido no mundo. É necessário estabelecer um elo com a realidade dos catequizandos, pela adaptação da Palavra de Deus, levando em conta a idade de cada um, situações familiares e socioculturais. É isso que desejamos apresentar aqui para a nossa reflexão. Desejamos que as indicações que aqui apresentamos sejam consideradas orientações fundamentais para que a evangelização seja realmente efetiva e afetiva.

2. Educação da fé conforme as idades

Num primeiro momento devemos nos perguntar: é possível educar a fé de alguém? Ou educar alguém para a vida de fé?

Aqui temos duas palavras-chave para a nossa ação evangelizadora de catequista: educação e fé. Vamos buscar entender o que significam.

“É preciso pensar nos catequizandos como interlocutores de uma mensagem e não como ‘depósitos’ de doutrinas e sacramentos.”



a) Educação

É muito interessante percebermos que a palavra “educação” está ligada a pedagogo, discípulo, instrução, pois elas fazem parte de um mesmo campo lexical, todas têm algo em comum.

Podemos dizer que educação veio do verbo latino *educare*. Nele, temos o prevérbio *e-* e o verbo – *ducare* e *dúcere*. No itálico, donde proveio o latim, *dúcere* se prende à raiz indo-europeia DUK-, grau zero da raiz DEUK-, cuja acepção primitiva era levar, conduzir, guiar. *Educare*, no latim, era um verbo que tinha o sentido de criar (uma criança), nutrir, fazer crescer. Etimologicamente, poderíamos afirmar que educação, do verbo educar, significa “trazer à luz a ideia”.

b) Fé

Por fé podemos entender, a partir do latim como *fides*, e do grego *pistia*, a firme convicção de que algo é verdade, sem qualquer tipo de prova ou critério objetivo de verificação, pela absoluta confiança que depositamos nessa ideia ou fonte de transmissão. Em hebraico, *he’ emîn*, da raiz *aman*, indica que crer significa “sentir-se seguro”, “confiar em”, “apoiar-se em”.

Na Sagrada Escritura, a fé é entendida como adesão total, que envolve a pessoa toda, “a fé se apresenta como entrega religiosa de toda a pessoa e não simplesmente adesão intelectual ou obediência moral, respondendo à natureza dinâmica, vital e pessoal da Palavra de Deus” (ALBERICH, 2004, p. 157).

Podemos perceber, no entanto, que a fé de uma pessoa que abraçou a vida cristã, que viveu um processo de conversão, não se reduz a uma adesão a verdades dogmáticas apenas; é base de um apelo pessoal de Deus; é um acontecimento que concerne à pessoa toda e lhe permite entrar no universo da aliança; é um encontro primeiro pessoal e depois comunitário com Jesus Cristo, reconhecido como o Deus que vem, que salva e que reúne.

Orientações para iniciação e caminho da vida cristã



Caminho de iniciação à vida cristã Elementos fundamentais

Pe. João Panazzolo

Esta publicação tem o objetivo de orientar as pessoas que ministram a catequese e a formação de lideranças nas comunidades-igreja para uma catequese como iniciação à vida cristã, acolhendo iniciativas de formação cristã de jovens e adultos.



Catequese e Liturgia - Duas faces do mesmo Mistério Reflexões e sugestões para a interação entre Catequese e Liturgia

Vanildo de Paiva

Catequese e Liturgia pretende mostrar como a interação entre Catequese e Liturgia se dá, na teoria e na vivência diária. Para isso, percorre um itinerário bastante lógico e interessante: dos costumes judaicos, origem e herança do cristianismo, até as práticas atuais, sobretudo no campo catequético litúrgico.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



PAULUS

Imagens meramente ilustrativas.



Na catequese é preciso pensar em uma educação da fé que seja libertadora, que ajude o catequizando a pensar sobre a vida, a realidade, a cultura, ou seja, uma educação da fé que ajude a pensar problematizando o conhecimento, promovendo assim a autonomia e a formação da consciência crítica. O catequista também não pode ter a pretensão de apenas ser o educador, mas ao mesmo tempo alguém que ajuda o catequizando a fazer a experiência de fé e, ao mesmo tempo, também educa na fé. A educação da fé não acontece com pessoas sozinhas e isoladas, mas em comunhão.

Devemos compreender, acima de tudo, que a fé é dom e graça de Deus; não a podemos limitar apenas ao nível humano, mas constitui uma atitude de fundo que dá sentido e orienta toda a vida. “A fé é um dom de Deus. Pode nascer do íntimo do coração humano somente como fruto da graça prévia e adjuvante e como resposta, completamente livre, à ação do Espírito Santo, que move o coração e o dirige a Deus, dando-lhe suavidade no consentir e crer na verdade” (DGC, n. 55).

A educação da fé na catequese tem a missão de ajudar no processo de humanização do homem e da mulher, sonhando a busca da transformação social. Nesse sentido, ressaltamos a importância e a necessidade da catequese para as diferentes idades, que “é a exigência essencial para a comunidade cristã. Por um lado, de fato, a fé participa do desenvolvimento da pessoa; por outro lado, cada fase da vida é exposta ao desafio da descristianização e deve, acima de tudo, aceitar como um desafio as tarefas sempre novas da vocação cristã” (DGC, n. 171, DNC, n. 180).

Enunciando a regra pedagógica do adaptar-se à capacidade cognitiva e afetiva da pessoa, pensamos quase sempre na forma de como deve ser o encontro de catequese, ou na metodologia que iremos adotar. No entanto, a adaptação primeira que devemos levar

em consideração, e a mais importante em vista do desenvolvimento da pessoa a partir da catequese com crianças até a catequese com adultos e pessoas idosas, deve ter em vista o conteúdo entendido como mensagem que se quer anunciar.

Por isso, uma renovação da metodologia só será fecunda mediante um conteúdo renovado, adaptado à psicopedagogia de cada idade.

Nos dias atuais, há necessidade real de uma catequese continuada, permanente, que leve em conta toda a vida da pessoa, no entanto ainda encontramos uma catequese fragmentada em uma busca apenas dos sacramentos. É preciso, urgentemente, tirar da mensagem da catequese esse ranço da história que pensa em catequizar como doutrinar. Queremos pessoas convictas de uma mensagem e apaixonadas por Jesus Cristo.

É preciso pensar nos catequizandos como interlocutores de uma mensagem e não como “depósitos” de doutrinas e sacramentos, pois temos que buscar para todas as fases da vida uma catequese que una vida e fé, que parta da existência e da experiência e seja alimentada, iluminada pela sagrada escritura, pela tradição e pelo magistério.

A catequese conforme as idades não pode perder a originalidade da educação da fé. Falamos em adaptar, isso significa não perder a essencialidade da mensagem evangélica, não deixar de lado valores evangélicos que devem ser dialogados com os interlocutores da catequese.

Por isso, vale lembrar as indicações do Diretório Geral da Catequese, que nos apresenta uma síntese para que a adaptação do conteúdo-mensagem não perca de vista a originalidade evangélica, levando em conta a realidade na qual os interlocutores estão inseridos.

O Catecismo da Igreja Católica indica quais são os aspectos que devem ser levados em consideração no momento de adaptar ou contextualizar a síntese orgânica da fé que todo catecismo local deve oferecer. Essa



síntese da fé deve realizar as adaptações que são exigidas pelas diferenças de culturas, de idades, da vida espiritual, de situações sociais e eclesiais. Também o Concílio Vaticano II afirma com ênfase a necessidade de adaptar a mensagem evangélica. Essa maneira apropriada de proclamar a Palavra revelada deve permanecer como lei de toda a evangelização. Por isso:

- Um catecismo local deve apresentar a síntese da fé em referência à cultura concreta em que se encontram os catecúmenos e os catequizandos. Incorporará, portanto, todas aquelas expressões originais de vida, de celebração e de pensamento que são cristãos e que nasceram da própria tradição cultural, sendo fruto do trabalho e da inculturação da Igreja local;
- Um catecismo local fiel à mensagem e fiel à pessoa humana apresenta o mistério cristão de modo significativo e próximo à psicologia e à mentalidade da idade do destinatário concreto e, consequentemente, em clara referência às experiências fundamentais da sua vida;
- É preciso cuidar, de modo especial, da forma concreta de viver o fato religioso numa determinada sociedade. Não é a mesma coisa fazer um catecismo para um ambiente caracterizado pela indiferença religiosa e fazê-lo para outro, cujo contexto é profundamente religioso. A relação fé-ciência deve ser tratada com muito cuidado em cada catecismo;
- A problemática social circunstante, ao menos no que diz respeito aos elementos estruturais mais profundos (econômicos, políticos, familiares...), é um fator muito importante para contextualizar o catecismo. Inspirando-se na doutrina social da Igreja, o catecismo saberá oferecer critérios, motivações e linhas de ação que iluminem a presença cristã em meio a tal problemática;

Maria: o projeto de Deus para a humanidade



264 págs.

Maria, mulher de Deus e dos pobres

Clara Temporelli

O propósito deste livro é resgatar a figura de Maria a partir de uma releitura dos dogmas marianos. A autora parte do interesse teológico com o fim de aprofundar a figura de Maria a partir da fé da Igreja.



244 págs.

Maria, tão plena de Deus e tão nossa

Kathleen Coyle

Várias questões instigaram a professora Coyle a pesquisar mais a respeito de Maria, a Mãe de Jesus, cujo culto acalenta a imaginação religiosa de milhares de cristãos.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





• Finalmente, a situação eclesial concreta que a Igreja particular vive é, sobretudo, o contexto obrigatório ao qual o catecismo deve referir-se. Obviamente, não as situações conjunturais às quais se provê mediante outros documentos magisteriais, mas sim a situação permanente, que postula uma evangelização com acentos mais específicos e determinados (DGC, n. 133).

Portanto, percebemos aqui que existe uma grande abertura do magistério da Igreja para a adaptação e a adequação do conteúdo-mensagem da catequese segundo as diversas realidades das idades e contextos eclesiais.

3. Conhecer os interlocutores da catequese

Acreditamos que o grande desafio que temos enfrentado nos últimos tempos, nos encontros de catequese, é o de conhecermos as pessoas a quem vamos transmitir uma mensagem, catequizar. A catequese tem cada vez mais ampliado os seus interlocutores, por isso, precisamos pensar em uma catequese do ventre materno à pessoa idosa. Durante muito tempo, a catequese se limitou à infância. E, mesmo assim, no horizonte da preparação imediata da primeira Eucaristia, numa linha quase exclusivamente doutrinária. O papel dos pais e da comunidade, apesar de certo esforço para uma visão mais ampla da catequese infantil, é ainda muito restrito. Não se percebeu suficientemente que uma das tarefas essenciais dos pais e da comunidade eclesial é criar ambiente e apoio para que a criança, o adolescente e o jovem caminhem para a maturidade na fé (CR, 131).

No processo ou itinerário de iniciação a pessoa é envolvida inteiramente em todas as esferas e dimensões do ser. O fracasso ou a falta de perseverança no caminho da fé se devem, muitas vezes, à falta desse envolvimento total dos iniciandos. Se isso é verdade para

crianças e jovens, muito mais o é para os adultos (Estudos da CNBB, Iniciação à vida cristã, n.75).

A catequese, por muito tempo, aconteceu de forma desintegrada, pensando em formar maior número de fiéis para participar dos sacramentos. Por isso, hoje, mais do nunca, afirmamos que precisamos de uma catequese de iniciação à vida cristã. É necessária

a incorporação do candidato, mediante os três sacramentos da iniciação, no mistério de Cristo, morto e ressuscitado, e na comunidade da Igreja, sacramento de salvação, de tal modo que o iniciado, profundamente transformado e introduzido na nova condição de vida, morra para o pecado e comece uma nova existência de plena realização. Essa inserção e transformação radical, realizada dentro do âmbito de fé da comunidade eclesial em que o cristão vive e dá sua resposta de fé, exige, por isso mesmo, um processo gradual ou um itinerário catequético que o ajude a amadurecer na fé (Estudos da CNBB, Iniciação à vida cristã, n. 68).

Ter clareza de que o ser humano é uma condição sem a qual não se pode, de modo algum, tê-lo como “matéria” de trabalho.

A questão é: como é possível evangelizar uma pessoa sem conhecê-la adequada e profundamente? O que a pessoa é em seu ser? Como se dá a fé na constituição de cada pessoa? Como poderemos educar a fé dos nossos catequizandos?

Essas questões pertinentes nos interpelam a pensar sobre a necessidade de penetrar no mais íntimo de cada pessoa que vem ao nosso encontro, em busca da catequese, às vezes somente para os sacramentos e, em outros casos, em busca de um processo de iniciação na fé. Em nossas comunidades, precisamos criar itinerários, percorrer o caminho da evangelização juntos, pois já não são mais destinatários, e sim interlocutores,



uma vez que interagem no processo da catequese. Nossas Igrejas particulares, em todo o Brasil, ao longo de mais de quinhentos anos, de muitas formas têm convidado e conduzido ao caminho de Jesus. Sabem que o itinerário da iniciação cristã inclui sempre “o anúncio da Palavra, o acolhimento do evangelho, que implica a conversão, a profissão de fé, o Batismo, a efusão do Espírito Santo, o acesso à comunhão eucarística” (*Catecismo*, 1229). Contudo, nossas dioceses têm consciência de que muitos dos itinerários oferecidos aos não batizados são fragmentados. “Sabem também que, entre os batizados de várias idades, mesmo entre os que participam da comunidade e dos movimentos, há carência de itinerários de introdução e amadurecimento na fé” (Estudos da CNBB, Iniciação à vida cristã, n. 78).

Portanto, iluminados pelo nosso Diretório Nacional de Catequese, afirmamos que a catequese conforme as idades é uma exigência essencial para a comunidade cristã. Leva em conta tanto os aspectos antropológicos e psicológicos como os teológicos, para cada uma das idades. É necessário integrar as diversas etapas do caminho de fé. Essa integração possibilita uma catequese que ajuda cada um a crescer na fé, à medida que vai crescendo em outras dimensões da sua maturidade humana e tendo novos questionamentos existenciais (DNC, n. 180).

4. O catequista educador da fé

O catequista é o grande responsável pela educação da fé dos seus catequizandos, uma vez que isso não está acontecendo, de modo geral, no seio familiar. Por isso a missão do catequista é ser “educador da fé das pessoas e comunidades, numa metodologia que inclua, sob forma de processo permanente por etapas sucessivas, a conversão, a fé em Cristo, a vida em comunidade, a vida sacramental e o compromisso apostólico” (DP, 1007).

Liderança e cidadania nas tradições da Igreja

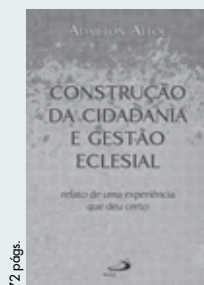


Liderar por meio de valores

Curso compacto de liderança

Anselm Grün

O livro trata da liderança não apenas a partir da tradição beneditina, mas com base em toda a tradição dos valores que, desde a filosofia grega, são vistos como capazes de suscitar verdadeira humanidade.



Construção da cidadania e gestão eclesial

Relato de uma experiência que deu certo

Adailton Altoé

A verdadeira força da Igreja na política não está no fato de participar das instâncias de poder político nem em fazer discurso panfletário no altar, mas numa experiência eclesial significativa.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





Em toda a vida passamos por diversas fases que envolvem a nossa existência, nossa história e, com isso, vamos vivendo um processo de amadurecimento afetivo e psicológico, o que também ocorre na dinâmica da nossa vida de fé. Por exemplo, a fé de uma criança que vive a sua primeira infância, mais ou menos até os seis anos de vida, é diferente da fé de um adulto de quarenta anos. Dessa forma, caracterizar a situação psicológica e existencial do catequizando para depois indicar algumas alternativas da ação catequética, dentro de uma perspectiva metodológica e pedagógica é uma urgência para nós catequistas.

Somente compreendendo o momento existencial que nosso catequizando vive é que poderemos ajudá-lo no processo de amadurecimento da fé e na vivência em comunidade, e assim atingir

a finalidade da catequese, que é aprofundar o primeiro anúncio do evangelho: levar o catequizando a conhecer, acolher, celebrar e vivenciar o mistério de Deus, manifestado em Jesus Cristo, que nos revela o Pai e nos envia o Espírito Santo. Conduz à entrega do coração a Deus, à comunhão com a Igreja, corpo de Cristo e à participação em sua missão (DNC, n. 41).

Portanto, seja qual for a idade da pessoa que nos procure em nossas comunidades, é

necessário buscar meios efetivos e afetivos para que a mensagem seja anunciada. Precisamos ser capazes de ir ao encontro, de conhecer suas realidades e ali fazer o anúncio, ajudando assim no caminho de fé em que a pessoa se despertou e quer fazer em nossas comunidades eclesiais.

O contexto atual, marcado por mudanças culturais, perda de valores e crise de paradigmas, atinge de maneira mais direta os jovens, adolescentes e crianças. A Igreja os prioriza como um importante desafio para o presente e o futuro (DNC, n. 187).

A catequese conforme as idades deve ser considerada, em nossa formação de catequistas, uma necessidade, pois cada uma das fases da vida é caracterizada por formas diferentes de organização de conhecimento das coisas e de maturidade de fé que possibilitam as diferentes maneiras da pessoa relacionar-se com a realidade que a rodeia. De forma geral, todas as pessoas vivenciam estágios em suas vidas que devem ser levados em conta no itinerário catequético. Eis o desafio para a nossa ação evangelizadora na formação dos nossos catequistas. Temos muito que caminhar, o que apresentamos neste estudo são apenas pontos de partida, frutos de nossa experiência como catequistas e com os catequistas que encontramos em nossa missão. ●

Referências bibliográficas

- ALBERICH, E. *Catequese evangelizadora: Manual de catequética fundamental*. (Adaptação para o Brasil e América Latina: Luiz Alves de Lima). São Paulo: Salesiana, 2004.
- CALANDRO, E.; LEDO, J. S. *Psicopedagogia Catequética*. Vol I, II, III, IV. São Paulo: Paulus, 2010.
- CAVALLIN, A. *Catequese para um mundo em mudança*. São Paulo: Paulus, 1995.
- CNBB. *Diretório Nacional de Catequese*. Brasília: Edições CNBB, 2006.
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório geral para a Catequese*. São Paulo: Loyola, Paulinas, 1988.
- FOWLER, J. *Estágios da Fé*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.
- NAVARRO, M.; PEDROSA, M. (orgs.). *Dicionário de Catequética*. São Paulo: Paulus, 2004.



A moral do prazer e o imaginário “consumista” contemporâneos¹

Jurandir Freire Costa

A tendência da cultura atual de trocar o prazer dos ideais e sentimentos elevados pelos prazeres sensoriais é o principal trunfo do imaginário consumista. As pessoas passam a depender cada vez mais da diversidade e da constância dos objetos para ter prazer, os quais, uma vez adquiridos, já portam o signo da obsolescência e perdem o potencial de estímulo.

Jurandir Freire Costa, formado em medicina, livre-docente em medicina social e psicanalista por profissão. Professor do Instituto de Medicina Social da UERJ. Autor de vários livros e artigos científicos.

E-mail: jfreirecosta@superig.com.br

1. Imaginação e desejo “consumistas”

Vou abordar o tema proposto no que tem de mais próximo da disciplina a que me dedico: subjetividade e cultura. Nesse sentido, a primeira observação a ser feita é que a concepção de sociedade regida pela economia de mercado é tão imaginária quanto qualquer outra do gênero. Dizer que uma concepção é imaginária não significa dizer que ela é impotente para alterar a realidade. Ao contrário, boa parte do que condiciona os ideais de vida e as condutas cotidianas é crença imaginária. Imaginário não é sinônimo de “ilusório”, mas do que não tem existência independente da imaginação. Ou seja, diferentemente das coisas materiais, que independem dos desejos e aspirações humanos para existir, as crenças culturais são produtos de nosso modo de agir e dar sentido a nossas ações.

1. Este texto foi editado pelo autor a partir da transcrição de gravação de uma conferência por ele proferida no âmbito do curso Juventude, Cultura e Cidadania, organizado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em parceria com o ISER (Instituto de Estudos da Religião). Foram também incorporadas ao texto algumas das respostas do autor a perguntas formuladas pelos jovens que participaram do curso. Texto também publicado em Regina NOVAES e Paulo NABNUCHI, *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*, São Paulo, ed. Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, p. 75-88, e gentilmente cedido para publicação em *Vida Pastoral* tanto pelo autor como por parte da editora. (N.E.)



Assim, a sociedade de mercado, como qualquer artefato cultural, depende das atitudes e disposições psicológicas dos indivíduos para agir e pensar “como se ela existisse”. As disposições e atitudes que contribuem para a reprodução da sociedade de mercado atual são, em linhas gerais, as seguintes: o sujeito 1) deve se deixar seduzir pela propaganda de mercadorias; 2) deve possuir uma identidade pessoal flexível, compatível com as novas relações de trabalho; 3) deve estar convertido à moral das sensações, ou seja, ter pretensões a satisfação em curto prazo, em detrimento de satisfações que exigem projetos de longo alcance.

As três características são indicativas da maneira como estamos nos relacionando: a) com o mundo dos objetos, b) com nossa história pessoal e c) com nosso corpo. Analisemos cada uma em particular. Tomemos a primeira, a relação com os objetos. Para que o mercado funcione, é preciso que o sujeito esteja sempre disposto a adquirir os novos produtos criados pela indústria. A isso se costuma chamar “consumismo”¹. A palavra consumismo, entretanto, é inadequada para designar o hábito econômico ao qual se refere por dois principais motivos: primeiro, por nos fazer crer que de fato consumimos coisas que compramos; segundo, por dar a entender que somos todos iguais diante da possibilidade de comprar mercadorias produzidas e vendidas em larga escala.

Na verdade, as únicas coisas que consumimos são substâncias metabolizáveis, como alimentos, fármacos etc. Por conseguinte, ao empregar a palavra consumir, querendo ou não, estamos salientando nossa condição de organismos físicos naturais. Desse ponto de vista, obviamente, somos todos razoavelmente

iguais, dado que nossas necessidades biológicas são razoavelmente idênticas. Entretanto, se olhamos o consumo como equivalente a poder de comprar, não é isso que acontece. Comprar não é uma ação regida por necessidades biológicas, mas um ato com implicações sociais. Diante de atos desse tipo somos todos diferentes e desiguais.

Adquirir mercadorias por meio de compra já define “quem é quem” no universo social. A maior parte da população tem um poder de compra extremamente reduzido e alguns, para possuir o que desejam, roubam ou furtam. Os chamados objetos de consumo, dessa forma, nem são consumíveis nem estão igualmente disponíveis para todos os indivíduos. A produção de objetos é seletivamente organizada de maneira a ser seletivamente distribuída pelos que têm muito dinheiro, pouco dinheiro ou nenhum dinheiro.

Os dois primeiros grupos, os dos compradores, estão incluídos na sociedade e, por isso mesmo, são os defensores e propagandistas da ideia de mercado como uma realidade independente dos hábitos individuais; o terceiro, formado pelos excluídos da economia e da sociedade, é diretamente estimulado a possuir o que não pode comprar e indiretamente incitado a se apropriar de forma criminosa do que é levado a desejar. Consumismo, portanto, é o modo que o imaginário econômico encontrou de se legitimar culturalmente, apresentando as mercadorias como objetos de necessidades supostamente universais e pré-culturais, e ocultando, por esse meio, as desigualdades econômico-sociais entre os potenciais compradores.

Pode-se perguntar, porém: por que as pessoas se deixam convencer por crenças racionalmente inconsistentes, quando não disparatadas? A resposta usual aponta para a influência da publicidade e da moda. A publicidade e a moda, diz-se, criam “desejos artificiais” que, pela repetição e pela sedução, são integrados ao repertório de aspirações

1. De agora em diante, evitarei colocar aspas nos termos consumir, consumo, consumismo e consumidor para não sobrecarregar o texto e cansar o leitor. Fique entendido, portanto, que, ao empregar tais palavras, não estarei concordando com seu sentido corrente, mas procurando criticá-lo.



dos sujeitos. Há algo de verdadeiro nessa afirmação. Mas não da forma como é entendida de modo corrente. Em primeiro lugar, não é verdade que nos comportamos como compradores sonâmbulos, manipulados pelo “eixo do mal” da publicidade e da moda. Essa imagem pejorativa dos sujeitos não se sustenta em nenhum argumento empírico ou teórico. As pessoas, em geral, sabem o que estão fazendo ao sair de casa para comprar objetos em supermercados, lojas, butiques ou centros de compra. Ao comprar, estão adquirindo o que julgam importante possuir, por uma ou outra razão. Se essas razões são moralmente reprováveis por muitos, esse é outro problema. O que não se pode mostrar é que o hábito de comprar produtos industriais seja uma “compulsão” irracional por possuir “coisas supérfluas”. Se assim fosse, nossa sociedade teria se transformado em um imenso consultório psicológico-psiquiátrico, o que é manifestamente inverossímil. Em segundo lugar, nem tudo que compramos nos foi apresentado pela publicidade. As drogas ilegais são um exemplo gritante de objetos industriais consumidos em grandes proporções que têm sua venda e sua publicidade juridicamente proibidas. Em terceiro lugar, mesmo admitindo que a moda pudesse nos obrigar a fazer coisas das quais não estamos conscientes, ainda restaria explicar por que acreditamos que “comprar” é o mesmo que “consumir”.

Esse é o ponto que pretendo explorar. Por que nos deixamos convencer de que somos consumidores, a ponto de criar códigos de defesa específicos e a assumir alegremente tal identidade social? A explicação padrão para esse fenômeno diz o seguinte: comprar se tornou equivalente a consumir porque o

ritmo de produção das mercadorias nos obriga a descartá-las depois de um breve uso. Consumo é uma metáfora que alude à rapidez com que adquirimos novos objetos e inutilizamos os velhos. Ou seja, tratamos os objetos industriais como tratamos substâncias que se prestam à reprodução dos ciclos biológicos, donde a assimilação do ato de comprar ao de consumir.

A explicação elucidada o “quê”, mas não o “porquê”. Entendemos o sentido metafórico da palavra consumo aplicado ao ato de comprar, mas não as causas do hábito que o tornam inteligível. Por que os sujeitos adotam atitudes consumistas se podiam se conduzir de modo diferente? A resposta usual é, nesse

caso, decepcionante: por causa da moda! A moda, no entanto, não é um fenômeno moderno. Moda e propaganda existem desde o início do capitalismo industrial. A réplica a isso é que a produção em larga escala ainda não existia. Depois das grandes revoluções tecnológicas e econômicas, a pro-

dução capitalista, para ser escoada, teve e tem de ser vendida em um fluxo contínuo. Os indivíduos, portanto, têm de comprar as mercadorias para que a máquina do lucro não pare. Entretanto, o que significa a expressão “ter de comprar”? Não conhecemos, no Ocidente capitalista, casos de pessoas arrastadas à força para adquirir objetos industriais. É claro que não, pode-se argumentar contra! Os consumidores não são fisicamente forçados a comprar o que não desejam, são “seduzidos” pela propaganda comercial!

Voltamos ao ponto zero. O que determina a força do apelo consumista é o fato de os indivíduos se deixarem seduzir pela propaganda de mercadorias. Mas por que eles se deixam seduzir? Por que se deixam converter

“Os objetos precisam ser permanentemente substituídos, para que o hábito não enfraqueça a intensidade do estímulo e elimine o gozo.”



à prática econômica que trata os objetos como coisas descartáveis? Para avançar na compreensão da questão, é preciso aprofundar as características psicológicas dos sujeitos que são o motor do imaginário do mercado e do consumo.

Sugiro que os indivíduos se deixam seduzir pelo consumismo porque esse hábito atende a reais necessidades psicossociais. Essas necessidades derivam, entre outros fatores, da nova moral do trabalho e da nova moral do prazer. Dito de outro modo, a publicidade não é onipotente. Os indivíduos não são fantoches manipulados pela propaganda, como se costuma pensar. Se grande parte deles se deixa persuadir pela propaganda é porque, em certa medida, encontra na posse dos objetos industriais um meio de realização pessoal. Essa aspiração à realização é o motivo do anseio pelos objetos ditos de consumo. Vejamos, assim, como as morais do trabalho e do prazer contribuem para a produção do desejo de consumir.

2. Indivíduos desenraizados e demanda por novos produtos

Observemos, inicialmente, a nova moral do trabalho. As mudanças nas relações de trabalho foram bem estudadas por Richard Sennett em *A corrosão do caráter* (Rio de Janeiro, Record, 1999). Segundo o autor, as transformações econômicas das três últimas décadas alteraram a tradicional imagem do “trabalhador”. Os indivíduos, afetados pela competição crescente por empregos inseguros, começaram a adaptar suas condutas psicológicas ao perfil social do “vencedor”. O “vencedor” deve ser maleável, criativo, afirmativo e, sobretudo, superficial nos contatos

pessoais e indiferente a projetos de vida duradouros. Para ganhar mobilidade no volátil mundo do emprego, ele deve aprender a não ter elos sólidos com família, lugares, tradições culturais, antigas habilidades e, por último, com o próprio percurso biográfico. Sennett define essa nova identidade como a do indivíduo “desenraizado”, e Zygmunt Bauman, em *O mal-estar da pós-modernidade* (Rio de Janeiro, Record, 1998), como a do “turista”. O turista ou o desenraizado é o indivíduo que não se fixa em identidades passadas, que vê o mundo como um espaço de circulação permanente e que jamais projeta o futuro a partir das condições de vida presentes. Esse é um dos principais motivos pelos quais o de-

sejo de possuir objetos industriais se acentuou. Os objetos passaram a ser aquilo que o turista pode ter, ao mesmo tempo, de mais *estável* e mais *mutável*. De mais estável porque são as únicas coisas que o sujeito transporta consigo onde estiver e para onde for, de mais mutável por serem facilmente trocáveis se a nova condição social de trabalho assim exigir. Em outros termos, a posse de mercadorias permitiu ao indivíduo *preservar a necessidade psicológica de estabilidade sem renunciar à elasticidade pessoal exigida pelo mundo dos negócios*.

Além disso, os objetos continuaram sendo o que sempre foram desde que surgiram no cenário da economia capitalista, ou seja, a marca do sucesso profissional e social. A aparência do sujeito afluente é determinada pela maneira como se veste, pela qualidade dos objetos de adorno pessoal, pelo tipo de automóvel, de artigos eletroeletrônicos e de objetos de decoração doméstica que possui, pelos restaurantes que frequenta e tipos de esporte que pratica, pelos lugares onde desfruta o

**“Esse ideal promete o
que não dá e dificulta a
participação e o compromisso
do sujeito com os objetivos
do bem comum.”**



lazer, pelas viagens que faz etc. Os objetos de consumo “agregam” valor social aos seus portadores. Eles são o crachá que identifica “o turista vencedor” em qualquer lugar, situação ou momento de vida.

O consumo de objetos, portanto, não se impõe apenas pela invasão da moda publicitária nas vidas pessoais. O aparato de objetos caros e elegantes é o signo, por excelência, da distinção social de seus possuidores. Por isso passaram a fazer parte da identidade pessoal dos mais abastados e, por extensão, da imensa maioria da sociedade. É entendível, assim, que a compra incessante de novos produtos se torne uma “demanda imaginária” tão coercitiva quanto qualquer “necessidade biológica”. Afinal, ninguém se contenta em sobreviver fisicamente, pelo consumo de nutrientes. Somos seres de cultura que não têm apenas fome de pão, mas também de prestígio social. A satisfação de se sentir aprovado e admirado é um item indispensável para o equilíbrio emocional de todos nós.

3. A moral do prazer

Passemos, agora, à moral do prazer, o outro coadjuvante no enredo imaginário do mercado e do consumo. Esse tópico é, sem dúvida, uma criação inédita da cultura atual. A moral do prazer é o maior trunfo do imaginário consumista. Por meio dela, a ideia do consumismo ganha um curioso semblante de plausibilidade. Vejamos de que maneira.

Toda cultura, para permanecer viva, deve abrir canais de satisfação a seus participantes. Satisfação é o estado físico-mental alcançado ao levarmos a bom termo nossas intenções. As formas pelas quais nos “sentimos satisfeitos” são variadas, mas um dos propósitos fundamentais e constantes da existência humana é obter prazer e evitar dor. Os prazeres, por seu turno, são formas de satisfação que se exprimem de diversas maneiras. Podemos sentir prazer em realizar

Amadurecimento e a capacidade humana



160 págs.

Os obstáculos ao amor e à fé

O amadurecimento humano e a espiritualidade cristã

José Del-Fraro Filho

O livro aborda temas como relacionamento conjugal, relação entre pais e filhos, tendência antissocial, delinquência, adolescência, depressões, homossexualidade e o papel da psiquiatria, em sua vertente clínica e social.



160 págs.

Inteligência emocional

Suas capacidades mais humanas

Joaquín Campos Herrero

Desenvolver a inteligência emocional supõe o autoconhecimento, a aceitação de si mesmo, o diálogo interno, o amor, a escuta, a empatia, enfim, ver a vida com olhos positivos.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





“ações cívicas”, em experimentar emoções sentimentais voluptuosas ou agradáveis, em fruir emoções estético-religiosas, em gozar de sensações corporais de bem-estar e de êxtase etc. Esses e outros modos de satisfação prazerosa são componentes indispensáveis ao funcionamento da cultura e à formação de identidades pessoais.

Cada cultura, no entanto, permite a realização de certas condutas e interdita outras. Uma cultura na qual tudo fosse igualmente possível não seria “uma cultura”. Cultura é delimitação de possibilidades e impossibilidades. No convívio humano existem sempre comportamentos que são incentivados e aprovados e outros, desestimulados e condenados. Em nossa época, a grande inovação em matéria de condutas é a busca do ideal de prazer corporal ou do prazer das sensações. Hoje procuramos os prazeres sensoriais como há dois ou três séculos perseguíamos os prazeres sentimentais do romantismo e da vida familiar, os prazeres do reconhecimento pela operosidade e pela honestidade do trabalho, os prazeres da admiração pelos grandes feitos políticos e militares, os prazeres da alma no exercício das virtudes religiosas etc.

Duas observações são, contudo, necessárias, antes de prosseguir. Em primeiro lugar, afirmar que, atualmente, elegemos o prazer sensorial como um ideal nem significa dizer que antes não o usufruíssemos nem que hoje tenhamos aberto mão dos antigos ideais de prazer cívico, sentimental, religioso etc. Agora, como anteriormente, continuamos a buscar realizações sentimentais e satisfações sensoriais. O que mudou foi o valor que passamos a atribuir às sensações físicas prazerosas na constituição das subjetividades. Esse valor foi enormemente inflacionado e veio a se tornar um ponto de apoio privilegiado na constituição das identidades pessoais.

A importância que a boa forma física, a boa saúde, o gozo com drogas ou com sexo tinham na formação psicológico-moral dos

sujeitos era, até bem pouco tempo, comediada. No reinado da clássica moralidade burguesa, ninguém era particularmente admirado por ser capaz de manter-se belo, jovem ou saudável além do que o correr do tempo permitia. Do mesmo modo, a liberdade sexual que hoje usufruímos era quase impensável há três ou quatro décadas, assim como eram impensáveis a extensão e a intensidade que o consumo de drogas psicoativas veio a ter. O que definia a qualidade moral e o apreço social de uma pessoa era a vida sentimental rica, a excelência na vida pública, a integridade religiosa, as qualidades artísticas ou científicas etc. Os prazeres físicos do corpo² eram apenas a matéria bruta que devia ser modelada para dar lugar aos ideais de perfeição moral, intelectual, espiritual ou emocional etc.

Em segundo lugar, ao falarmos de culto às sensações prazerosas, estamos diagnosticando um estado de coisas, e não desaprovando, de forma puritana, tais aspirações. A atitude moralista que se refere à “busca do prazer” como um “pecado secular” me parece equivocada. Essa atitude insinua que o prazer físico é, por si, condenável e que os indivíduos hoje vivem em um eterno festim de comida, sexo e droga. A meu ver, além de imprópria, essa imagem é, principalmente, falsa. Ela é imprópria porque, se os indivíduos decidirem que deverão viver para os prazeres físicos, e isso não vier a destruir os compromissos com o Bem comum, não vejo nenhum bom motivo para que se os desaprove; é falsa porque simplesmente não é verdade que a maioria dos praticantes da

2. Ao utilizar a expressão “prazeres físicos” não estou sendo redundante. Os prazeres corporais são físicos e mentais. Mas, enquanto os prazeres físicos se limitam ao corpo, os prazeres sentimentais podem ser projetados em outros objetos ou sujeitos do mundo ambiente. Específico, ainda, que o limite entre o físico e o mental é arbitrário, e depende do ângulo de observação e do objetivo pragmático da investigação. Uma investigação neurofisiológica, por exemplo, tenderá a dar relevo aos aspectos físicos dos sentimentos, como uma investigação psicológica ou cultural tenderá a enfatizar a dimensão mental dos mesmos eventos.



moral do prazer sensorial se comporte como o moralismo conservador e pequeno-burguês fantasia que ela se comporta. Por tudo que podemos constatar, o ideal do prazer físico continua sendo um “ideal”, ou seja, algo que se almeja e dificilmente se alcança.

Assim, o problema da felicidade das sensações não reside nos pretensos excessos sensuais de seus partidários – afirmação que ninguém vê ou prova –, mas nas contradições que ela produz. Isto é, esse ideal promete o que não dá e dificulta a participação e o compromisso do sujeito com os objetivos do Bem comum. Essas são as razões pelas quais podemos criticar, do ponto de vista ético, a nova moral do prazer, e não por fantasias despropositadas como as que atribuem aos indivíduos excessos sensuais inexistentes.

Feita a ressalva, voltamos ao ponto central: a relação do ideal do prazer com o imaginário consumista. A moral contemporânea do prazer, como a nova moral do trabalho, dá origem à demanda por objetos descartáveis. Uma diferença, no entanto, separa as duas. No registro do trabalho, os objetos são desejados porque compõem a aparência social do turista ou do desenraizado “vencedor”. Pelo fato de serem portáteis e intercambiáveis, eles se tornaram instrumentos cômodos de exibição do sucesso profissional e social.

Na moral do prazer sensorial, a função dos objetos é outra. O prazer das sensações se baseia fundamentalmente nas disposições físicas do corpo para ser estimulado. Diferentemente do prazer sentimental, que pode durar na ausência dos estímulos sensório-motores, o prazer sensorial depende do estímulo físico imediato e da presença do objeto fonte da estimulação.

A única maneira de fazer o prazer físico durar é prolongar a excitação. Nesse caso, entretanto, o sujeito esbarra no limiar de excitabilidade biológica: se o estímulo for forte e durar demasiadamente, dará lugar à dor; se for fraco, ao desinteresse. Resta, então, ao sujeito recorrer aos objetos como fonte de reestimulação permanente do corpo.

É nesse ponto que o consumo entra no *script* da felicidade das sensações. O sujeito, para escapar da enfermidade do prazer físico, passa a depender, cada vez mais, da diversidade e da constância dos objetos para ter prazer. Como sem objetos não há prazer e como um mesmo objeto esgota rapidamente sua capacidade de despertar a excitação sensorial, é

preciso ter sempre à mão algo com que gozar. Além disso, esse algo deve ser permanentemente substituído, para que o hábito não enfraqueça a intensidade do estímulo e elimine o gozo. Por esse motivo, o ciclo de consumo dos objetos se tornou interminável. Além de procurar objetos próprios à

excitação dos sentidos relacionais, ou seja, os cinco sentidos, os sujeitos procuram manter em alta intensidade o gozo sexual, o *frisson* das experiências motoras violentas e o êxtase sensorial neurofisiologicamente induzido por drogas psicoativas etc.

Os objetos são cada vez mais solicitados a superar os limites da excitação física do corpo. E, graças a isso, começaram a assumir um semblante que nunca tiveram, qual seja, o de objetos consumíveis. A metamorfose ocorreu por dois principais fatores. Primeiro porque é mais fácil imaginar o consumo de coisas que experimentamos sensorialmente do que de coisas que, apenas indireta e secundariamente, excitam nossas sensações. Pensar que consumimos imagens visuais excitantes ou

“Ao falarmos de culto às sensações prazerosas, estamos diagnosticando um estado de coisas e não desaprovando, de forma puritana, tais aspirações.”



drogas psicoativas é mais verossímil do que pensar que consumimos relógios, móveis, roupas ou automóveis. Segundo porque o impulso para comprar objetos, de fato, se fortaleceu à medida que nos tornamos mais dependentes deles para ter prazer. A insaciabilidade por comprar se acentuou porque o ideal de prazer hegemônico fez do objeto a via real da satisfação pessoal.

Como se vê, o imaginário do mercado e do consumo não se sustentaria sem que contribuíssemos ativamente para sua perpetuação. São nossos ideais de felicidade que nos empurram para a aquisição permanente de objetos que, ao ser adquiridos, já portam o signo da obsolescência. O tipo de satisfação ao qual aspiramos pede uma renovação incessante das fontes de estimulação sensorial. Os objetos são os meios que encontramos para alcançar os fins que desejamos.

4. Sociedade, classes e ideais

Não saberia responder com segurança à indagação de vocês sobre a apropriação diferenciada da ideologia do consumo pelas diferentes classes sociais. Acho, no entanto, que a atitude consumista não depende do nível de renda. É uma atitude diante da vida, e, por conseguinte, diante dos objetos que se pode possuir. No Brasil, a maioria tem uma renda pessoal ou familiar desprezível, mas, mesmo assim, se comporta como se tivesse uma renda alta, quando se trata de usar objetos como coisas descartáveis.

Não consumir significa perceber os objetos como coisas que devem durar, que devem significar algo mais que a satisfação imediata de necessidades passageiras. Significa adotar

diante do mundo uma atitude de cuidado. Significa estar consciente de que a sociedade ou o planeta não são um depósito infundável de recursos que podemos saquear, sem respeito ou preocupação com o que virá depois de nós. Por esse aspecto, não vejo grandes diferenças entre os pobres e os ricos. Os mais poderosos e influentes, pela persuasão ou dissuasão, terminam por impor a quase todos seus ideais de sucesso econômico, apreço social e satisfação psicológico-moral.

Não penso que o fundamental na moral do consumo seja a posse de objetos por meio de compra. É entendível que, hoje em dia, com o progresso tecnológico, as crianças, por exemplo, disponham de mais brinquedos e meios de lazer do que dispunham antes. O problema não está na quantidade de coisas que podemos ter, nem mesmo na quantidade de coisas que podemos acumular. A questão é a atitude irresponsável para com o patrimônio material e moral da sociedade em que vivemos. Ter poucos objetos e tratá-los como os que possuem muitas coisas e as tratam de modo “consumista” resulta na mesma consequência ética: tudo que existe é para ser devorado e jogado fora, pouco importa o efeito desse gesto perdulário.

No início do capitalismo industrial, por exemplo, os indivíduos compravam muitas coisas, se considerarmos o montante de riquezas disponíveis e o desenvolvimento técnico da produção industrial. Se vocês observarem com atenção os costumes das famílias burguesas no século XIX, verão que as casas eram apinhadas de objetos de decoração, brinquedos de criança, sem contar os infinitos adereços do vestuário masculino e feminino. Mas nada disso impedia os sujeitos de

“Muitos começam a buscar refúgio em práticas corporais, de natureza leiga ou espiritual, que os afastem dos ideais de satisfação que dominam o imaginário consumista.”



pensarem que o que possuíam devia durar. Nada disso impedia os sujeitos de viverem não apenas para si, mas para as futuras gerações de filhos e netos. Nada disso impedia que os burgueses mantivessem vivos ideais de progresso científico, de dignidade do trabalho, de honra familiar, de crença na história, de sentimento de responsabilidade para com a nação etc. Bem entendido, não quero, com isso, idealizar o modo de vida burguês oitocentista. Sei bem que muita coisa disso tudo foi construída em cima de preconceitos sexuais, raciais, religiosos, de classe social ou outros. O principal, entretanto, é o compromisso com o Bem comum, com algo que transcenda nossas vidas passageiras e o fugaz prazer de nossos corpos.

A atitude consumista moderna é dissoluta desses ideais. Essa é sua maior nocividade. Ela rompe o fio da tradição e nada põe no lugar. É uma cultura do imediato, do descompromisso consigo, com o outro e com o dever de todos.

5. Resistências e alternativas

Entretanto, nenhuma construção cultural, por persuasiva que seja, é monolítica. A ideologia do mercado e do consumo não é exceção. Todo poder desperta resistências, como disse Michel Foucault. As resistências suscitadas pelo imaginário do mercado são de duas ordens. A primeira é a resistência pela fraqueza dos excessos; a segunda, pela força da criação de alternativas às ideias dominantes. Como exemplo da primeira, cito os vários distúrbios psicológicos derivados do modo de viver atual. A pressão pela boa forma, pela saúde e pela longevidade vem produzindo, em escala crescente, uma série de sintomas hipocondríacos, transtornos da imagem corporal e síndromes de dependência química. Além disso, o estilo de vida competitivo, a insegurança nos postos de trabalho e a ansiedade pelo sucesso econômico vêm gerando

um rol de sintomas típicos do estresse físico e mental: insônia e dores musculares crônicas, desânimo, depressões mitigadas, síndromes de pânico e fobias sociais etc.

Os indivíduos, com maior ou menor clareza, sabem que o preço pago para ser “vencedor” é extorsivo. Muitos começam a buscar refúgio em práticas corporais, de natureza leiga ou espiritual, que os afastem dos ideais de satisfação que dominam o imaginário do mercado e do consumo. Mesmo sem perceber, esses sujeitos criam focos de contestação ao modo de vida hegemônico pelo simples fato de redefinirem seus ideais de felicidade. Aos poucos, os sinais sociais de superioridade de classe deixam de ter apelo para uma parcela significativa de pessoas para as quais as experiências pessoais de sofrimento acabaram produzindo um relativo distanciamento da moral dominante.

Portanto, se nos perguntarmos quais as perspectivas para as pessoas na sociedade de mercado, diria que são muitas, mas que todas convergem para duas saídas principais: 1) continuar a perpetuar um modo de vida que me parece pobre, por estreitar os horizontes da ação humana em uma só direção, qual seja, a do sucesso econômico, do cuidado obsessivo com o próprio prazer e da indiferença em relação ao mundo; 2) voltar-se para o outro, construir uma sociedade na qual todos tenham direito ao mínimo necessário à satisfação das necessidades elementares, para que, então, possamos ser, de fato, livres para criar tantas formas de sermos felizes quantas possamos imaginar.

Como exemplo de resistência pela força da criatividade, cito o surgimento das preocupações ecológicas e o ressurgimento de preocupação política na modalidade da responsabilidade social. O movimento ecológico vem mostrando quão predatória é a prática do consumismo compulsivo e indiscriminado. O argumento da dilapidação dos recursos naturais do planeta vem conquistando adeptos, que



veem no consumismo a inconsequência dos que não conseguem pensar no futuro das novas gerações. Esse movimento, embora incipiente, e muitas vezes cooptado pelos poderosos, vem se afirmando como algo digno de respeito, o que não acontecia há duas ou três décadas. Uma grande quantidade de pessoas, sobretudo as mais jovens, se sente atraída e entusiasmada por profissões que lidam com o cuidado ambiental, e isso é um indício importante de mudanças nas mentalidades coletivas.

No que tange à política de responsabilidade social, é impressionante observar o número de pessoas que vêm se dedicando a trabalhos do chamado terceiro setor. São pessoas com visões de mundo, trajetórias de vida e origens de classe bastante diferentes, mas que encontram nos ideais de justiça e respeito pelo outro um objetivo que merece ser perseguido. Todas elas acreditam que o estilo individualista de preocupação exclusiva com o próprio corpo e o sucesso social não basta para dar sentido à vida. O número de participantes nesse tipo de atividade social cresceu de forma impressionante no Brasil dos últimos 20 anos e torna-se uma opção também para os jovens. Os efeitos dessa nova maneira de pensar ainda são, por enquanto, tímidos, mas tudo leva a crer que estamos diante de uma mudança de hábitos de vida na qual os ideais do Bem comum voltaram a ter o respeito que merecem.

* * *

Mas vocês me perguntam como acelerar as mudanças? Obviamente não há receitas. Primeiro porque não acredito em mudanças pensadas por um só. Mudança é uma questão de prática, de experimentação de muitos ou de todos. Segundo porque os próprios horizontes da mudança precisam ser rediscutidos

dia a dia. Uma coisa, contudo, me parece importante realçar. Toda mudança, para ser estável, duradoura e produtiva, tem de ser contínua e lenta. As grandes transformações históricas que conhecemos, e que se deram de forma brusca, em meio a banhos de sangue, em geral retrocederam ao que temos de pior. Portanto, a paciência e a persistência são as melhores armas para as mudanças responsáveis e humanamente frutíferas. Ora, o que a sociedade de consumo vem justamente minando por baixo é a confiança que temos na história e em nosso valor como agentes de transformação social.

O grande exercício e o grande desafio que enfrentamos é o de continuar acreditando em um mundo melhor para nós e para as gerações futuras. Sei que pode parecer duro ter que suportar regimes econômicos exploradores e concentradores de riquezas sem pensar em tomadas de poder pela violência. Mas, ao olharmos a história, veremos que as aquisições sólidas que fizemos, em matéria de progresso no convívio social, foram todas construídas com tempo e paciência. Foi assim que mudamos os valores familiares, religiosos, políticos, econômicos, sentimentais, artísticos, morais etc. Não vejo outra saída, exceto recobramos a confiança em nosso poder de transformação, como criadores que somos. Repito, no entanto, que para isso é preciso recuar da posição na qual fomos postos, qual seja, a de indivíduos exclusivamente voltados para o próprio umbigo. A mudança, portanto, exige que pensemos que o que todos fazemos no dia a dia, em qualquer atividade profissional ou cultural, é importante. O que cada um de nós faz ou diz importa, e importa muito! O mundo se faz de pequenos gestos cotidianos e das grandes crenças que os sustentam. ●

Também na internet:
www.vidapastoral.com.br

Celso Loraschi, mestre em Teologia Dogmática com Concentração em Estudos Bíblicos, professor de Evangelhos Sinóticos e Atos dos Apóstolos no Instituto Teológico de Santa Catarina (ITESC).

E-mail: loraschi@itesc.org.br



Celso Loraschi

6º DOMINGO DA PÁSCOA

5 de maio

A humanidade nova, morada de Deus

I. Introdução geral

Quem ama Jesus ouve sua Palavra. Meditada e praticada em comunidade, a Palavra produz muitos e bons frutos. O Espírito Santo, dom de Deus, recorda aos discípulos tudo o que o Mestre ensinou. Uma comunidade que ama é, por excelência, o espaço sagrado, pois nela habita a Trindade. Onde mora Deus, há a verdadeira paz (evangelho). O Espírito Santo também inspira e fortalece os discípulos de Jesus para continuarem sua missão. Como anunciadores da verdade do evangelho, encontram oposições por parte dos que seguem as



propostas do mundo. A paz de Deus é diferente da paz que o mundo dá. A paz de Deus não é ausência de conflitos. No dinamismo do Espírito Santo, os seguidores de Jesus precisam encontrar-se, dialogar, discernir e decidir pelo melhor caminho (I leitura). As comunidades cristãs são convidadas a acolher a “nova Jerusalém”, a cidade da paz, que desce do céu, fruto da graça divina e da fidelidade dos que ouvem sua Palavra. É a nova humanidade, cujos alicerces se encontram no testemunho dos apóstolos, os quais viram, acolheram e transmitiram a Palavra da vida: Jesus Cristo morto e ressuscitado (II leitura). Iluminados e encorajados pelo mesmo Espírito Santo, continuamos a testemunhar a fé em Jesus, reunindo-nos para rezar, para comungar a “Palavra-eucaristia”, para dialogar, discernir e viver o amor, conscientes de que a Trindade fez sua morada no meio de nós.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Jo 14,23-29): Ser humano, morada de Deus

A redação do Evangelho de João se dá ao redor do ano 100. Constitui-se numa reflexão pós-pascal das comunidades joaninas. O texto deste domingo faz parte do discurso de despedida de Jesus junto aos seus discípulos. Percebe-se íntima relação entre Jesus e Moisés. Assim como Moisés fora enviado para guiar o seu povo rumo à terra prometida, Jesus foi enviado por Deus para dar a vida à humanidade. Assim como Deus se manifestou no Êxodo por meio de dez sinais, Jesus realiza sete sinais libertadores. Assim como Deus revelou, por meio de Moisés, os Mandamentos como estatutos para o povo de Israel, Jesus revela o Mandamento do Amor, estatuto do novo povo de Deus, conforme o texto do domingo passado.

Há, porém, uma novidade radical, sintetizada no texto da liturgia de hoje. É fruto da experiência de fé, ao longo da caminhada das comunidades joaninas, que iluminou a compreensão da pessoa e da proposta de Jesus: ele e o Pai vivem intimamente unidos. O que Jesus diz e faz é a própria expressão de Deus Pai. Jesus e o Pai são UM. A intimidade amorosa entre ambos estende-se às pessoas que praticam o amor. Nelas Deus faz sua morada. O mesmo foi dito do Espírito Santo (v. 17). Então, a pessoa que crê torna-se morada da Trindade. Cumpre-se a antiga promessa da habitação de Javé no meio de seu povo: “Estabelecerei a minha habitação no meio de vós e não vos rejeitarei jamais. Estarei no meio de vós, serei o vosso Deus e vós sereis o meu povo” (Lv 26,11s). Em João, porém, é ainda mais profundo: a habitação divina não se dá apenas “no meio”, mas “dentro”. É uma experiência única e maravilhosa.

A comunidade cristã, portanto, é a expressão viva de Deus-Amor. As pessoas participantes ouvem a sua Palavra, que é o próprio Jesus feito carne, presente no meio delas. O Espírito Santo, dom do amor de Deus, recorda todos os ensinamentos de Jesus. Como ouvintes e praticantes da Palavra, unidas na fé e no amor, as comunidades cristãs transformam-se num espaço da paz e da alegria de Deus. O termo “paz”, na Bíblia, expressa a síntese dos bens necessários para uma vida plena, tanto temporais como espirituais.

2. I leitura (At 15,1-2.22-29): Conflitos fazem parte da caminhada

Após a primeira viagem missionária, Paulo e Barnabé permaneceram algum tempo na comunidade cristã de Antioquia da Síria. Ela se tornou importante centro irradiador da proposta cristã. A experiência que trouxeram



da viagem foi partilhada e meditada na comunidade. O principal ponto polêmico levantado por Lucas, neste texto, é a questão da circuncisão. Trata-se de polêmica suscitada por judeus-cristãos que manifestam ainda muita dificuldade de desvencilhar-se da lei judaica como constitutiva da salvação. Alguns deles se deslocam de Jerusalém para Antioquia a fim de pregar a obrigatoriedade da circuncisão como manifestação de fidelidade à Lei de Moisés. A seu ver, somente assim se poderia obter a salvação.

Paulo e Barnabé, missionários junto às nações, não concordam com essa obrigatoriedade, pois a verdadeira fonte de salvação é Jesus Cristo. Com tal convicção dirigem-se à Igreja-mãe, Jerusalém. O conflito é evidente. Para discernir qual o caminho a ser seguido, é convocada uma assembleia. Realizou-se, então, o que é normalmente conhecido por “Concílio de Jerusalém”. Estamos no ano 49.

O relato de Lucas tem a preocupação de mostrar a disposição dos participantes desse “concílio” para salvar a unidade da Igreja. Percebe-se isso, especialmente, pela acolhida mútua e carinhosa entre os representantes da Igreja de Antioquia e os de Jerusalém. A unidade vem junto com a preocupação de inclusão de toda a gente, pois a salvação que Jesus trouxe é para todos os povos. O decreto final determina a abstenção de algumas atitudes que feriam profundamente a fé judaica: das “carnes sacrificadas aos ídolos”, pois isso significaria participar dos cultos pagãos, o que seria um sacrilégio; do “sangue e das carnes sufocadas”, pois o sangue expressa a própria vida, que só a Deus pertence (por isso, ao ser sacrificado, o sangue do animal deveria ser totalmente derramado – cf. Lv 1,5); das “uniões ilegítimas” (cf. Lv 18). Transparece claramente, nas decisões da assembleia, uma estratégia pastoral com o objetivo mais alto: proporcionar a acolhida do evangelho da salvação por todas as culturas.

A música que nos ajuda a refletir e meditar



13 faixas



20 faixas



13 faixas

CDs – Momentos de Reflexão Volumes I, II e III

Os CDs Momentos de Reflexão apresentam diversas seleções musicais ideais para momentos de relaxamento, oração e descanso. As composições incluem choros de violão, piano, e você relembra antigos sucessos, como Mãe do Céu Morena, Maria de Nazaré, A 13 de Maio, entre outros.

Imagens meramente ilustrativas.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



PAULUS



3. II leitura (Ap 21,10-14.22-23): A nova humanidade

Os dois últimos capítulos do Apocalipse apontam para a nova criação, em que já não há lugar para a maldade. O texto da liturgia deste domingo relata essa visão utópica que se dá num alto monte. Na tradição judaica, a montanha carrega um significado simbólico de muita importância. Basta lembrar a concessão dos Mandamentos a Moisés e a morte salvadora de Jesus. Também a Jerusalém histórica se situa no monte Sião.

O alto monte contrasta com o deserto para onde o visionário João havia sido levado anteriormente (cf. 17,3). Enquanto o deserto é, simbolicamente, a morada da meretriz, a montanha é o lar da Noiva de Cristo, a nova Jerusalém constituída pelo povo justo. A meretriz representa a “Babilônia”, nome simbólico de Roma, promotora da morte e da destruição. A nova Jerusalém é a cidade perfeita que desce do céu trazendo a própria glória de Deus. A muralha, grossa e alta, tendo os anjos como guardas, está totalmente protegida e segura.

O número doze é articulado no texto como expressão da nova realidade da qual participa o novo povo de Deus. É o número da perfeição teocrática que lembra as doze tribos de Israel, os doze apóstolos e, por extensão, o povo fiel a Jesus Cristo. Esse número cruza-se com o número três, referindo-se quatro vezes às portas abertas para os quatro cantos do mundo. É, portanto, a realidade-síntese de um mundo novo.

A cidade perfeita é dom de Deus. Nela já não há templo, pois toda ela é habitação divina. Essa perspectiva teológica do Apocalipse aponta para a realização plena do desígnio de Deus inaugurada com a vinda de Jesus, o Messias. Ele é o Cordeiro: a lâmpada que ilumina a cidade. A situação da humanidade transformou-se. Seu relacionamento com Deus se dá de forma íntima, perfeita e definitiva. A aliança é plenamente acolhida e vivida com fidelidade.

III. Pistas para reflexão

A utopia do “novo céu e da nova terra” exerceu um papel de resistência, de coragem e de perseverança nas comunidades cristãs do Apocalipse. As violentas perseguições pelas quais passaram as pessoas discípulas de Jesus, por causa do testemunho de fé em Jesus Cristo, desafiaram a sua fidelidade. Muitas foram mortas. O seu martírio, porém, é o sinal por excelência que ilumina e confirma o caminho do seguimento de Jesus.

O testemunho dos primeiros cristãos nos interpela profundamente. A fidelidade aos valores evangélicos permanece como caminho para um mundo novo. É neste mundo onde vivemos que Deus deseja estabelecer sua morada. Tudo, então, torna-se sagrado. Quando nossas palavras e nossas ações respeitarem a presença de Deus em cada ser humano, na natureza e em toda a sociedade, o mundo será outro.

No evangelho, Jesus anuncia e garante a presença de Deus Trindade nas pessoas que o amam e ouvem a sua Palavra. Dessa verdade decorre o nosso compromisso de contemplar cada pessoa como morada de Deus e, portanto, respeitá-la em sua dignidade. Daí decorre também o nosso compromisso de proteger e promover a vida em todas as suas dimensões.

Por isso, iluminados pelas atitudes dos primeiros discípulos e missionários, reunimo-nos em comunidade para celebrar, realizar encontros e assembleias para discernir e decidir o que fazer, tendo em vista a vida digna sem exclusão.

- Valorizar os diversos momentos de reuniões, encontros, celebrações, estudos e assembleias que se realizam na paróquia (e em outros espaços), bem como refletir sobre a importância da participação neles como Igreja viva que somos.



ASCENSÃO DO SENHOR

12 de maio

Missão de Jesus: missão dos discípulos

I. Introdução geral

Os relatos da ascensão do Senhor não querem indicar o afastamento de Jesus deste mundo. Querem, sim, revelar plenamente quem é Jesus, conforme já anunciado nas Sagradas Escrituras: o Messias sofredor que é glorificado. Revelam também que a missão de Jesus deve ser continuada pelos seus discípulos. Em nome dele, a boa notícia do perdão dos pecados, mediante o arrependimento, deverá ser proclamada a todas as nações. O Espírito Santo, promessa de Deus, é a força do alto que revestirá os discípulos missionários. Sem essa força, prevalecem os interesses próprios e as ambições de poder. Confessar a fé em Jesus, que morreu, ressuscitou e subiu ao céu, é voltar o olhar para a realidade deste mundo e comprometer-se com sua transformação (evangelho e Atos). Sejam dadas honra e glória a Deus, pois nos ama de maneira humilde e criativa. Sua grandeza e seu amor revelam-se plenamente em Jesus Cristo. O seu Espírito abre a nossa mente para que possamos conhecê-lo verdadeiramente. E nos chama a participar do Corpo Místico, a Igreja, cuja cabeça é Cristo, o qual está acima de todo poder (II leitura). Esta unidade precisa ser conservada e cultivada em cada comunidade e também entre as Igrejas cristãs, pois as divisões entre os membros do mesmo corpo impedem a vida digna e saudável.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. Evangelho (Lc 24,46-53): A bênção de Jesus

O Evangelho de Lucas e os Atos dos Apóstolos são dois volumes da mesma obra. Tanto no final do Evangelho como no começo do livro de Atos consta o relato da ascensão de Jesus, de formas diferentes. Originalmente, como muitos estudiosos defendem, não havia dois volumes, mas, sim, uma unidade, com apenas um relato da ascensão (o que se encontra em Atos). O que importa aqui, porém, é o sentido teológico dos dois relatos, assim como se encontram na Bíblia.

No Evangelho de Lucas, percebemos que todos os fatos acontecidos após a morte de Jesus se realizam no mesmo dia. Em Atos, Jesus ressuscitado permanece 40 dias entre seus discípulos, ensinando-lhes coisas referentes ao Reino de Deus. Teologicamente, o tempo de um dia ou de 40 dias tem o mesmo significado: é o tempo propício concedido aos discípulos para serem testemunhas qualificadas de Jesus Cristo ressuscitado. Esse testemunho inaugura um novo tempo e deverá ser irradiado para o mundo inteiro. Para essa missão eles precisam ser preparados.

É por isso, então, que Lucas enfatiza a preocupação de Jesus em “abrir a mente” (v. 45) dos discípulos a fim de que entendam as Escrituras. Aprofunda a tarefa catequética de Jesus, já demonstrada no episódio dos dois discípulos a caminho de Emaús (24,13-35). Parece insistir na necessidade de uma retomada dos textos do Primeiro Testamento à luz do evento Jesus de Nazaré. Assim, tudo ficará esclarecido a respeito do Messias, o Salvador.

De fato, entre os apóstolos, bem como entre as comunidades cristãs, o processo de entendimento da pessoa de Jesus e de adesão



profunda ao seu projeto não foi tão tranquilo como se pode pensar à primeira vista. É o que se percebe pelas reações dos discípulos diante das aparições de Jesus ressuscitado: os de Emaús caminham um longo trecho sem reconhecê-lo, pois eram “lentos de coração para crer no que os profetas anunciaram” (24,25); ao apresentar-se aos onze, desejando-lhes a paz, eles ficaram “tomados de espanto e temor, imaginando que fosse um espírito”, além de “perturbados e cheios de dúvidas em seus corações”, a ponto de Jesus insistir para que o apalpassem e entendessem (cf. 24,36-40).

Diante dessas dificuldades, Jesus lhes anuncia o que o Pai prometeu: a força do alto. Enquanto isso não acontece, pede-lhes que permaneçam em Jerusalém, que, para Lucas, tem uma importância teológica muito especial, pois aí se deu o acontecimento salvador mediante a morte e ressurreição de Jesus. A partir desse espaço, a proclamação do arrependimento e da remissão dos pecados atingirá o mundo inteiro: é a boa notícia da salvação oferecida a toda a humanidade.

Lucas, porém, distingue a Jerusalém teológica da cidade em seu sentido político-econômico, com suas instituições opressoras. Não é por acaso que Jesus os tira dessa cidade e os leva a Betânia. Isso lembra o êxodo do povo de Israel, tirado da escravidão do Egito. É em Betânia que ele os abençoa enquanto se eleva ao céu. As pessoas aí abençoadas tornar-se-ão portadoras da bênção divina a todos os povos.

2. I leitura (At 1,1-11): A exaltação de Jesus

O prólogo de Atos dos Apóstolos faz ligação com o início do Evangelho de Lucas, esclarecendo que se trata da continuação da obra endereçada ao mesmo destinatário, Teófilo (etimologicamente “amigo de Deus”), o qual, no plano simbólico, pode representar a

comunidade cristã. Enquanto o primeiro volume tratou da vida de Jesus Cristo, o segundo vai ocupar-se da vida da Igreja, guiada pelo Espírito Santo. Ela está intimamente ligada à vida e à missão de Jesus, bem como à história de Israel, representada pelo seu centro religioso, Jerusalém, e pelo cumprimento da promessa anunciada na Sagrada Escritura.

O cristianismo tem suas raízes no judaísmo. Não há ruptura entre Israel e a Igreja: há continuidade. O testemunho dos apóstolos deverá percorrer uma trajetória sempre mais ampla, partindo de Jerusalém até os confins do mundo (1,8). Para isso, deverão antes mergulhar na experiência do Espírito Santo, que descenderá sobre eles no dia de Pentecostes.

Para a narrativa da ascensão em Atos, Lucas inspira-se em passagens do Primeiro Testamento, como o arrebatamento de Elias aos céus (2Rs 2,1-18). Eliseu, discípulo de Elias, por testemunhar o arrebatamento do seu mestre, recebe “dupla porção” do seu espírito e torna-se o continuador da missão profética; como testemunhas oculares da ascensão de Jesus, seus discípulos receberão o Espírito Santo para continuar a sua obra. Os dois homens vestidos de branco são os mesmos de Lc 24,4, que anunciam às mulheres a ressurreição de Jesus e as fazem recordar as palavras por ele ditas. Aqui, em Atos, eles recordam aos discípulos a verdade da ascensão.

Ressurreição e ascensão são dois momentos que exprimem o novo modo de ser de Jesus: aquele que foi obediente ao Pai até a morte é glorificado e exaltado, mas permanece na comunidade. O transcendente manifesta-se na história humana.

3. II leitura (Ef 1,17-23): Jesus, cabeça da Igreja

A carta aos Efésios, com muita probabilidade, é fruto da reflexão das comunidades fundadas por Paulo. Escrita ao redor do ano 90, enfatiza o projeto de salvação de Deus



para todos os seres humanos. O texto de hoje, num estilo litúrgico, apresenta a figura de Jesus glorioso como aquele que tem a soberania sobre toda a criação, está acima de toda autoridade e de todo poder.

O conhecimento de Deus dá-se por sua graça. É ele que nos concede “o espírito de sabedoria e de revelação”; é ele que “ilumina os olhos do coração” para compreendermos “a extraordinária grandeza do seu poder para nós” manifestada em seu Filho, Jesus Cristo. A ressurreição e a ascensão de Jesus são aqui lembradas como sinais que revelam sua glória e soberania em tudo e em todos.

O discernimento da verdade a respeito de Jesus estende-se à verdade sobre a Igreja: formamos o Corpo Místico, cuja cabeça é Cristo. Ao mesmo tempo que está sujeita à autoridade de Jesus Cristo, a Igreja vive intimamente unida a ele. É uma união vital, pois sem a cabeça não existe corpo e não existe vida.

III. Pistas para reflexão

A ascensão de Jesus não significa que ele tenha ido embora para retornar no final dos tempos. Na verdade, ele é exaltado, mas permanece no meio de nós. Os olhos da fé o veem perfeitamente e o coração dos que acreditam o acolhe com amor e gratidão.

Jesus Cristo e a Igreja formam um corpo. Ter essa consciência implica cuidar uns dos outros com muito carinho e respeito. Significa responsabilizar-se pela promoção da vida, dando prioridade aos membros que sofrem. Significa acolher os que são diferentes, sem julgamentos superficiais, mas exercitando o diálogo e a mútua compreensão.

Nesta semana, situada entre as festas de Ascensão e Pentecostes, celebra-se no Brasil a “semana de oração pela unidade dos cristãos”. Participar desse grande mutirão em favor da unidade das Igrejas cristãs é expressão concreta

Celebrando com alegria e segurança



Culto eucarístico fora da missa

Valter Maurício Goedert

Guia seguro e de grande utilidade pastoral para sacerdotes, religiosos(as), diáconos e ministros extraordinários. Também os fiéis em geral encontrarão elementos para purificar, orientar e aprofundar sua devoção ao Santíssimo Sacramento.



Celebrando o dia do Senhor

Subsídio para celebrações dominicais da Palavra de Deus nas comunidades - Tempo Comum ABC

V.V.A.A

Este volume se refere às celebrações do Tempo Comum dos anos A, B e C, das solenidades e festas do Senhor, da Virgem Maria e dos santos e santas que ocorrem nesse período.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.



de pertença ao Corpo de Jesus e de edificação do seu reino de fraternidade no mundo.

- É uma boa oportunidade de lembrar os nomes das Igrejas cristãs que possuem comunidades no espaço geográfico da paróquia ou da região. Durante a semana, pode-se celebrar um culto ecumênico e/ou outras iniciativas com as Igrejas que desejarem. Para informações sobre a semana de oração e ecumenismo: <www.conic.org.br>.

PENTECOSTES

19 de maio

Espírito Santo: dom de Deus para a vida do mundo

I. Introdução geral

A vinda do Espírito Santo sobre os discípulos é o cumprimento da promessa de Jesus: “Recebereis uma força, a do Espírito Santo que descera sobre vós, e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e Samaria, e até os confins da terra” (At 1,8). É, portanto, em vista da irradiação universal do testemunho de Jesus Cristo que a graça do Espírito nos é dada. Todo discípulo é também missionário. A missão deve atingir todos os povos, pois a salvação oferecida gratuitamente por Deus é universal (I leitura). Jesus mesmo é o missionário do Pai e é quem envia os discípulos: “Como o Pai me enviou, também eu vos envio” (Jo 19,21). Soprando sobre eles, concede-lhes o dom do Espírito, juntamente com o poder de perdoar pecados. O Espírito, então, liberta-nos de tudo o que impede a graça de Deus de atuar em nós (evangelho). É pelo Espírito Santo que reconhecemos

a Jesus Cristo como Senhor e Salvador. É ele quem nos une num só corpo e distribui os dons diversos para a edificação da comunidade (II leitura). A graça divina nos é concedida em abundância. Somos convidados a acolhê-la e fazê-la frutificar.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (At 2,1-11): O Espírito Santo, dom de Deus

Originalmente, entre os israelitas, Pentecostes era a festa da colheita (cf. Ex 34,22). Era celebrada num clima de muita alegria e de ação de graças. Posteriormente passou a ser a comemoração do aniversário da promulgação da Lei de Deus no monte Sinai. Lucas, ao descrever o Pentecostes cristão, reinterpreta essa festa como o momento propício não mais da concessão da Lei, mas da graça do Espírito Santo. Os símbolos do furacão e do fogo lembram a teofania no Sinai. Numa casa, em Jerusalém, estão reunidos em oração os apóstolos, “algumas mulheres, entre as quais Maria, a mãe de Jesus, e os seus irmãos” (At 1,14). O tempo da espera se completou, e a promessa de Jesus se cumpre.

Os judeus da diáspora acorrem a Jerusalém, “vindos de todas as nações que há debaixo do céu”. Estão aí para celebrar a festa, fiéis à sua tradição religiosa. Tornam-se testemunhas da efusão do Espírito Santo sobre a comunidade dos discípulos e discípulas de Jesus. O acontecimento de Pentecostes quer mostrar a continuidade com a história de Israel. O Deus que se revelou aos antepassados é o mesmo que se revela em Jesus Cristo e se dá a conhecer ao mundo inteiro.

Lucas enumera ainda a presença de vários povos, do Oriente e do Ocidente, representantes de todas as nações. A Palavra do evangelho deverá alcançar a todos. Em suas



próprias línguas ouvirão o anúncio das maravilhas de Deus. Portanto, o dom do Espírito tem, essencialmente, uma finalidade missionária. A comunidade de Jerusalém é o ponto de partida para a difusão da fé cristã; é a mãe de todas as comunidades cristãs. Por isso, vai ser caracterizada como a comunidade ideal (cf. 4,32-35). Com base nesse modelo, em círculos sempre mais amplos, a Palavra será disseminada universalmente.

O Espírito Santo é o principal protagonista da evangelização. É quem garante a unidade da fé em Jesus Cristo na diversidade de línguas e culturas. Como podemos constatar no conjunto do livro de Atos dos Apóstolos, os discípulos, após a experiência transformadora do Espírito, enchem-se de ousadia e coragem e lançam-se nessa tarefa profética de testemunhar a fé no Salvador, Jesus Cristo, vários deles até ao martírio.

2. Evangelho (Jo 20,19-23):

A paz, dom do Ressuscitado

O texto se inicia indicando o dia em que Jesus ressuscitado se manifestou aos discípulos. O primeiro dia da semana tem ligação com o primeiro dia da criação. Portanto, a ressurreição de Jesus marca uma nova criação. A situação em que se encontram os discípulos, trancados e com medo, será transformada com a presença de Jesus no meio deles. A alusão à hora do dia (ao anoitecer) guarda relação com o momento em que os discípulos enfrentam forte tempestade na travessia do mar. Jesus vem ao seu encontro, caminhando sobre as águas, e manifesta seu poder de salvação (cf. 6,16-20). Percebe-se que João retrata a situação em que se encontram as comunidades cristãs ao redor do ano 100: atemorizadas e escondidas devido à hostilidade e perseguição tanto da parte do império romano como de grupos judaicos.

Jesus jamais abandona os seus, como havia prometido: “Não vos deixarei órfãos” (14,18).

Ele se põe no meio deles como o doador da paz. A fé em Jesus, presente no meio da comunidade, garante a superação do medo e da insegurança que estagnam. Ele é o centro ao redor do qual se forma a comunidade. Ele é o fator de união e de garantia da paz. Já havia anunciado em seu discurso de despedida, antes de sua morte: “Eu vos disse essas coisas para terdes paz em mim. No mundo tereis muitas tribulações, mas tende coragem: eu venci o mundo” (16,33).

Ao mostrar-lhes as mãos e o lado, Jesus lhes revela os sinais de seu amor vitorioso. Nenhuma força será capaz de destruir a vida, pois a morte foi vencida definitivamente. Ao verem o Senhor, os discípulos enchem-se de alegria e recobram o ânimo.

A paz, a alegria e a coragem deverão acompanhar os apóstolos na missão que recebem do Senhor Jesus. Deverão seguir o exemplo do Mestre, que cumpriu fielmente a missão recebida do Pai. A fidelidade à missão, porém, não se deve à boa vontade dos enviados. Deve-se, sim, à ação do Espírito Santo. O sopro de Jesus sobre os discípulos lembra o sopro de Deus nas narinas do primeiro ser humano, infundindo-lhe a vida. O Espírito cria uma nova condição: a vida divina nos discípulos lhes garante a capacidade de amar como Jesus amou. É um amor que liberta o mundo de todo o pecado, o qual, para João, representa a ordem social baseada na opressão e na injustiça. O Espírito Santo, que age por meio dos seguidores de Jesus, oferece todas as condições para o estabelecimento da paz, da justiça e da fraternidade no mundo.

3. II leitura (1Cor 12,3b-7.12-13):

Diversos serviços, um só Espírito

Paulo, ao escrever à comunidade cristã de Corinto, intenta orientá-la nas questões ainda não bem esclarecidas que estão causando conflitos no meio dela. Uma dessas questões refere-se aos dons do Espírito Santo.



Para isso, o apóstolo dedica os capítulos 12 a 14. O texto da liturgia de hoje enfatiza que a diversidade de dons, ministérios e modos de ação provém da Trindade santa: do mesmo Espírito, do mesmo Senhor e do mesmo Deus que realiza tudo em todos. De Deus provém somente o que é bom para os seus filhos e filhas. A diversidade revela a magnanimidade e a criatividade divinas.

A graça de Deus não pode ser acolhida de forma egoísta. Por isso, todo dom ou carisma desdobra-se em serviços concretos em favor do bem comum. Não importa o tipo de ministério, pois, sendo graça divina, todos têm a mesma importância. Daí decorre a atitude de serviço humilde e solidário. Cada ação deve estar ligada ao conjunto das demais. O que deve projetar-se não é a figura da pessoa que serve. Isso seria utilizar os dons de Deus, que é Amor, em proveito próprio. O que deve brilhar é o projeto comum, que, no caso de uma comunidade cristã, é o mesmo projeto de Jesus. No Espírito reconhecemos que ele é nosso Senhor e com ele formamos um só corpo.

III. Pistas para reflexão

A festa de Pentecostes nos oferece a oportunidade de reconhecer o dom do Espírito Santo em cada pessoa e na comunidade. Quem o acolhe tem todas as condições de vencer a timidez, o medo, a tristeza, o desânimo e a solidão. Em cada um de nós, a partir do batismo, existe essa força do alto que nos enche de autoestima e nos impulsiona a fazer o bem, do mesmo modo como Jesus fez. O Espírito Santo nos impulsiona a participar ativamente na comunidade, leva-nos ao engajamento em serviços diferentes e ao compromisso de transformar as realidades de pecado e de morte. Ele nos dá a capacidade de diálogo entre nós, com as diversas Igrejas e as diversas culturas. É para a vida em abundância que Deus nos chamou. Nós respondemos

afirmativamente, pois acreditamos no mesmo sonho de Jesus.

Ao redor de Jesus ressuscitado se organiza a comunidade cristã. Sua presença é garantia de união, de paz, de alegria e de segurança. Como seus discípulos missionários, vivemos e anunciamos seu amor e seu perdão. A realidade de egoísmo, de opressão e de todas as formas de injustiça será transformada se nos amarmos como Jesus nos amou.

Portanto, o empenho pela promoção da unidade no mesmo projeto de vida digna para todas as pessoas é sinal concreto de adesão a Jesus. A acolhida e a contemplação das diversas expressões religiosas e culturais colaboram para um mundo de paz, dom de Jesus ressuscitado. A valorização dos diferentes ministérios, exercidos com amor, é expressão de louvor e gratidão a Deus, fonte de todas as graças.

- A celebração da festa de Pentecostes pode ser um bom momento de valorização dos diversos ministérios exercidos na comunidade. É oportuno para a renovação deles, juntamente com a bênção da comunidade sobre os ministros e ministras.

SANTÍSSIMA TRINDADE

26 de maio

A comunidade divina: modelo para a comunidade humana

I. Introdução geral

A fé em Deus Trindade nos leva a reconhecer a beleza e a profundidade da realidade humana. Deus é UM em três pessoas,



mistério de amor e comunhão, perfeita unidade na diversidade. A comunidade humana encontrará a sua verdadeira realização à medida que buscar conviver numa relação de igualdade entre todos os seus membros, respeitando as diferenças. Pela fé tivemos acesso a essa revelação. Pela fé conhecemos a Deus e entramos na sua intimidade. O caminho que nos conserva na comunhão com Deus e com os irmãos é o da sabedoria. Ela é a primeira de todas as obras divinas, a que orienta o destino de tudo e de todos (I leitura). Dessa relação íntima com Deus e com o próximo provêm a paz, a perseverança nas tribulações e a firmeza no amor, derramado em nossos corações pelo Espírito Santo (II leitura). Ele nos dá a conhecer toda a verdade revelada em Jesus Cristo (evangelho). Essa certeza nos faz assumir com convicção e destemor a missão de testemunhar, no meio deste mundo, o amor que torna possível a inclusão de todos os seres numa sociedade justa e fraterna, imagem e semelhança da Trindade santa.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. II leitura (Rm 5,1-5): A esperança não decepciona

Um dos temas prioritários que Paulo se dedica a aprofundar, especialmente na Carta aos Romanos, é o da justificação pela fé. Para ele, não é o cumprimento das leis nem qualquer obra humana que nos tornam justos diante de Deus. Se assim fosse, a justificação teria por base os méritos pessoais. Paulo parte da premissa de que todos somos radicalmente pecadores e, portanto, necessitados da intervenção gratuita de Deus. Ela se deu em Jesus Cristo, o libertador de todos os pecados. Por meio dele, Deus realizou sua ação misericordiosa de salvação para todo o gênero humano.

Músicas para todas as ocasiões



Imagens meramente ilustrativas.

CDs – Celebrações Especiais Volumes I, II, III, IV

A coletânea Celebrações Especiais vols. I, II, III, IV apresenta uma grande variedade de músicas para diversas ocasiões da vida cristã: Vol. I – Celebração do Batismo, Missa para a 1ª Eucaristia, Missa da Confirmação, Celebração dos Quinze Anos. Vol. II – Celebração de Formatura, Casamento com e sem Missa, Celebração de Bodas. Vol. III – Missa do Coração de Jesus, Missa de Nossa Senhora, Missa do Padroeiro, Missa de Ação de Graças. Vol. IV – Celebração da Reconciliação, Celebração da Esperança, Missa dos Enfermos, Vigília Exequial. Uma grande oportunidade de aproveitar a arte musical para louvar a Deus.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br





Percebe-se que Paulo indica um processo de amadurecimento no caminho da fé, até que, de livre vontade e com consciência lúcida, aceitemos a Jesus como nosso Salvador e vivamos, como ele nos ensinou, na vontade divina. Pelo seu sangue ele nos reconciliou com Deus e nos concede a paz em plenitude. A paz de que o texto nos fala carrega o sentido do termo hebraico *shalom*, o qual indica o estado de perfeita intimidade e harmonia entre os seres humanos, com a natureza e com Deus. Dele provêm todas as bênçãos que garantem uma vida de dignidade, de bem-estar e de profunda alegria.

A fé, portanto, não se reduz ao assentimento racional a um sistema doutrinário. Também não consiste apenas em momentos de oração. A fé é a atitude de entrega total e confiante a Deus, que nos salva mediante seu Filho, Jesus Cristo. Por meio dele, pela fé, temos acesso à graça da salvação, nos mantemos e nos alegramos nela.

Tudo isso nos motiva a nos gloriar em Deus mesmo nas tribulações, pois “a tribulação produz a perseverança, a perseverança produz a fidelidade comprovada e a fidelidade comprovada produz a esperança”. Trata-se da esperança militante, manifestada por meio do empenho cotidiano em acolher e fazer frutificar o amor de Deus derramado pelo Espírito Santo em nossos corações. Essa esperança “não engana”.

2. Evangelho (Jo 16,12-15): O Espírito da verdade

O texto faz parte do “livro da comunidade”, também conhecido como o “livro da glorificação” (Jo 13-17). Após o gesto do lava-pés, Jesus faz um longo discurso de despedida. De modo afetoso, anuncia aos discípulos a sua partida iminente. É um discurso que possui caráter de testamento. De coração aberto, Jesus revela tudo o que recebera de seu Pai e demonstra a íntima relação entre

ambos. Os discípulos, porém, demonstram incompreensão diante das palavras de Jesus. Apesar de conviverem com Jesus por um bom tempo, permanecem num estágio de imaturidade espiritual. São incapazes de apreender o sentido verdadeiro do testamento de Jesus. Necessitam de ajuda.

O texto faz, então, referência ao Espírito Santo, que dará prosseguimento à missão de Jesus. Ele instruirá os discípulos e os libertará das amarras que impedem o reconhecimento do Salvador. É o Espírito que conduz à verdade plena que é o próprio Jesus Cristo, Deus encarnado, conforme já havia anteriormente se revelado: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14,6). A verdade é, pois, a própria realidade divina manifestada no amor de Jesus, que entrega sua própria vida em resgate da vida de todos. Jesus reza para que os discípulos sejam santificados na verdade (17,17.19) e possam viver na perfeita unidade, assim como ele e o Pai são UM (17,21-23).

A comunidade de João demonstra a sua caminhada de amadurecimento na fé em Jesus Cristo. As novas circunstâncias que emergem do contexto ao redor do final do século I exigem novas reflexões e novas posturas. Cresce a compreensão a respeito de Jesus, de sua íntima relação com o Pai e de sua missão de amor neste mundo. Ilumina-se, com maior profundidade, o sentido da morte e ressurreição de Jesus. Ele veio “para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (10,10).

Os discípulos e discípulas são convidados a abrir-se às novas interpretações e exigências suscitadas pelo Espírito Santo no contexto histórico em que vivem. Prestar atenção no Espírito é assumir os desafios da história e viver, com novas expressões e novo ardor, o mesmo amor revelado em Jesus.

As três pessoas divinas são manifestamente citadas no texto. Entre elas há perfeita comunicação e perfeito entendimento. Essa realidade divina, em toda sua beleza e profundidade, é comunicada por Jesus aos seus



discípulos. O Pai deu tudo ao Filho; assim também o Filho dá a conhecer tudo o que recebeu do Pai aos seus filhos e filhas. Podemos aqui trazer presente o que São Paulo escreve:

Todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. E vocês não receberam um espírito de escravos para recair no medo, mas receberam um Espírito de filhos adotivos, por meio do qual clamamos: Abba! Pai! O próprio Espírito assegura ao nosso espírito que somos filhos e filhas de Deus. E, se somos filhos, somos também herdeiros: herdeiros de Deus, herdeiros junto com Cristo (Rm 8,16-17).

3. I leitura (Pr 8,22-31): A exaltação da Sabedoria

O livro dos Provérbios apresenta a Sabedoria como uma personagem. Ela já estava com Deus mesmo antes da criação do mundo. Ou melhor: ela é a primeira obra da criação e toma parte ativa em todas as outras coisas criadas por Deus, como se fosse mestre de obras ou arquiteto. Deus e a Sabedoria, portanto, estão em íntima comunhão; Deus é a própria Sabedoria personificada.

O texto quer ressaltar que todas as coisas têm sua fonte em Deus; cada ato criador é manifestação de sua sabedoria eterna e soberana; cada criatura é comunicação de seu próprio ser infinito. O livro da Sabedoria diz que ela “tudo atravessa e penetra”, é o próprio “hálito do poder de Deus e a pura emanção da glória do Onipotente” (Sb 7,24-25).

O último versículo dessa 1ª leitura revela a imensa satisfação que a Sabedoria encontra na superfície da terra e o seu prazer de estar entre os seres humanos. A terra e seus habitantes são obras divinas. A relação íntima da Sabedoria com o Criador, desde toda a eternidade, ocorre agora com as criaturas. Da mesma maneira que esteve presente nos atos

da criação de Deus, está presente para governar o universo, conservar a ordem e dirigir a vida dos habitantes da terra. Vemos que a Sabedoria guarda uma ligação muito estreita com a missão do Espírito Santo, conforme vai ser concebida no Segundo Testamento.

III. Pistas para reflexão

A festa da Santíssima Trindade é momento especial para refletir sobre nossa própria identidade e missão no mundo. Somos a família humana, formada por povos diversos e de culturas diferentes. Somos homens e mulheres chamados a nos acolher no respeito mútuo e na igualdade de direitos. Somos diferentes uns dos outros: na diferença nos completamos. Somos diversos: na diversidade nos unimos.

No texto da carta aos Romanos, ouvimos que o amor de Deus se revela com total benevolência e gratuidade. De nossa parte, resta-nos acolhê-lo com gratidão e perseverar na fidelidade a esse amor sem limites. A justificação pela fé não legitima atitudes de egoísmo e acomodação, mas nos incentiva a viver segundo o modo de Deus agir em nós: na doação plena e gratuita. É um caminhar na esperança militante que nos faz viver, aqui e agora, a vida plena que nos será dada por Deus, sabendo que a “esperança não decepciona”.

O livro dos Provérbios fala da Sabedoria que convive intimamente com Deus. Tudo o que ele faz é expressão de seu próprio ser; portanto, o universo, com tudo o que nele existe, é penetrado pelo Espírito da Sabedoria divina. Todas as coisas são revestidas de dignidade e devem ser respeitadas, conforme nos orienta a verdadeira Sabedoria. De acordo com o modo pelo qual nos relacionamos entre nós e com todas as coisas criadas, colhemos frutos de bênção ou de maldição, de vida ou de morte.



No evangelho, Jesus nos promete o Espírito Santo para nos ajudar a viver conforme o modelo da Trindade santa, a perfeita comunidade. “O mistério da Trindade é a fonte, o modelo e a meta do mistério da Igreja. Uma autêntica proposta de encontro com Jesus Cristo deve estabelecer-se sobre o sólido fundamento da Trindade-Amor. A experiência de um Deus uno e trino, que é unidade e comunhão inseparável, permite-nos superar o egoísmo para nos encontrarmos plenamente no serviço para com o outro”. Nesse sentido, as comunidades eclesiais de base caracterizam-se como “casas e escolas de comunhão” (DAP 155, 170 e 240).

- A celebração da festa da Santíssima Trindade é uma boa oportunidade de valorizar as diferentes manifestações do amor de Deus na comunidade e no mundo: os serviços e ministérios, as etnias, as denominações e tradições religiosas, os movimentos e organizações sociais, as iniciativas diversas em favor da vida, da ecologia etc.

O roteiro de CORPUS CHRISTI

(30 de maio) pode ser acessado no site
da *Vida Pastoral*

www.vidapastoral.com.br

9º DOMINGO DO TEMPO COMUM

2 de junho

Deus se revela a todos os povos

I. Introdução geral

As leituras deste domingo nos proporcionam a oportunidade de refletir quem é Deus, onde ele mora e qual o seu plano para a

humanidade. O rei Salomão constrói um grandioso templo em Jerusalém como habitação para Deus. Nesse lugar, pelo que se percebe na oração de Salomão, todos os povos teriam oportunidade de conhecer o nome de Deus conforme revelado ao povo de Israel (I leitura). A abertura a todos os povos completa-se com a vinda de Jesus. Ele (e não mais o templo) é a fonte e o caminho de salvação universal. Jesus é “Deus conosco”, independente do templo. Ele revela o verdadeiro nome de Deus que não se circunscreve num recinto sagrado, mas comunica-se no lugar social das pessoas necessitadas, libertando-as (evangelho). Deus não faz acepção de pessoas, ultrapassa barreiras culturais e manifesta-se a todos os povos oferecendo-lhes gratuitamente a salvação em Jesus Cristo. Esse é o evangelho assumido e pregado pelo apóstolo Paulo. Na defesa dessa boa notícia da salvação gratuita, Paulo enfrenta toda espécie de conflitos (II leitura). Para nós, hoje, como discípulos missionários de Jesus, é importante compreender, acolher e anunciar com ousadia o evangelho da vida plena para todos, sem exclusão.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (1Rs 8,41-43): A grandeza do nome de Deus

Esta pequena oração de Salomão situa-se no contexto da festa da Dedicção do Templo de Jerusalém. Lendo todo o capítulo 8 de 1Reis, percebe-se que a Arca da Aliança que acompanhou o povo de Israel desde a sua saída da escravidão no Egito, é agora transportada para dentro do templo num cerimonial de grande pompa. Salomão, além de rei, exerce a função de sacerdote. Declara que edificou uma casa para residência eterna de Deus (8,13), cumprindo-se assim a promessa feita ao seu pai Davi. Em sua oração, o rei



Salomão exalta o templo como o centro gravitacional de todos os povos. Apesar de confessar que nem “os céus dos céus podem conter Deus” (8,27), é para o templo de Jerusalém que os estrangeiros poderão acorrer para reconhecer “a grandeza do vosso nome, a força de vossa mão e o poder do vosso braço”, conforme expressa o texto deste domingo. Ainda mais, é a partir desse lugar que “todos os povos da terra conhecerão o vosso nome, vos temerão como o vosso povo de Israel e saberão que o vosso nome é invocado sobre esta casa que edifiquei”.

Sabe-se que a construção do templo e a centralização do culto em Jerusalém tiveram por objetivo legitimar o poder monárquico e, mais tarde, o sistema sacerdotal de pureza que excluiu a maioria das pessoas da pertença ao povo eleito. No entanto, a teologia do texto indica uma abertura universal. A experiência religiosa de Israel não pode ser exclusivista. Deve irradiá-la a todos os povos. O Deus da vida pode ser conhecido e invocado por judeus e estrangeiros. Afinal, todos são seus filhos e filhas.

2. Evangelho (Lc 7,1-10): Jesus e a fé de um estrangeiro

Deus encarnou-se em Jesus de Nazaré. Fez sua morada no meio da humanidade. Solidarizou-se com as vítimas do sistema religioso de pureza organizado pela casta sacerdotal do templo de Jerusalém. Em vez de promover a abertura universalista segundo a vocação que Deus dera a Israel, a elite religiosa fechou-se em suas concepções de pureza e impureza, mantendo o povo sob o jugo de um emaranhado de leis.

A prática de Jesus, porém, não corresponde à doutrina disseminada pelos doutores da lei. Enquanto estes consideram os pobres e estrangeiros como impuros e excluídos do povo santo de Deus, Jesus promove a vida sem exclusão, como se constata no relato

A beleza da mensagem divina



168 págs.

A beleza como experiência de Deus

Otávio Ferreira Antunes

O objetivo desta obra é mostrar que a arte como comunicação das experiências mais profundas do ser é, mais do que mero instrumento secundário, a própria contemplação do mistério. Como a eclesiologia se volta para a patrística e para a teologia bíblica, a arte sacra como expressão da comunidade de fé se volta para a arte dos primeiros séculos, trazendo para hoje a beleza da mensagem divina.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.



evangélico deste domingo. Um centurião romano dirige-se a Jesus, cheio de confiança, para fazer-lhe um pedido a favor de um servo. Os centuriões normalmente não eram bem vistos pelos judeus. Representavam a opressão que o império romano exercia sobre o povo. Aquele centurião, porém, sabia manter boas relações com a população de Cafarnaum e manifestava simpatia pela própria religião judaica. Não só construiu uma sinagoga, mas interessou-se pelo que diziam de Jesus.

Este centurião, segundo o Evangelho de Lucas, não vai pessoalmente ao encontro de Jesus. Envia anciãos judeus para fazer-lhe um pedido. Na versão de Marcos (8,5-13) é o próprio centurião que se dirige a Jesus. Temos a impressão de que Lucas enfatiza a consciência de “indignidade” manifestada pelo centurião diante da grandeza do nome de Jesus que ele ouvira falar.

O centurião representa aqui o povo gentio. A mediação dos anciãos judeus resgata a vocação de Israel de promover a inclusão também dos estrangeiros na graça libertadora de Deus. A missão de Jesus não se restringe ao povo de Israel. Ele veio para todos. Tem o coração aberto para acolher e valorizar o testemunho de amor, de humildade, de respeito e de fé dado por um estrangeiro. Testemunho de amor porque o centurião manifesta cuidado pela vida de um servo; de humildade porque se sente indigno de chegar-se a Jesus; de respeito porque sabe que um judeu ficaria impuro se entrasse na casa de um pagão; e finalmente o testemunho de fé porque, a partir de sua própria experiência de obedecer e de dar ordens, reconhece o poder das palavras. Pelo que ele ouviu falar de Jesus, tem certeza da eficácia de suas palavras. Jesus impressiona-se com a atitude daquele centurião. Volta-se para o povo e declara: “Em verdade vos digo: nem mesmo em Israel encontrei tamanha fé”.

O texto enfatiza a importância da Palavra de Jesus. As comunidades cristãs, organizadas após a morte e a ressurreição de Jesus,

alimentam-se essencialmente da Palavra. “Dize somente uma palavra e meu servo será curado”. As comunidades de fé e de amor são o novo templo, o lugar da presença libertadora de Jesus. Nelas não pode haver discriminação de pessoas. Judeus e estrangeiros são igualmente portadores da boa notícia da vida em plenitude. É missão dos cristãos difundir o evangelho pelo mundo afora. Lucas vai dedicar o livro de Atos dos Apóstolos para mostrar a trajetória da Palavra, “de Jerusalém aos confins do mundo” (At 1,8). A Palavra que liberta não tem fronteiras. Não é um sistema religioso, nem os laços de sangue que determinam a pertença ao Reino de Deus e sim a prática da justiça, como vai expressar o apóstolo Pedro na casa de outro centurião, chamado Cornélio: “De fato, estou compreendendo que Deus não faz discriminação entre as pessoas. Pelo contrário, ele aceita quem o teme e pratica a justiça, qualquer que seja a nação a que pertença” (At 10,34-35).

3. II leitura (Gl 1,1-2.6-10): Não há dois evangelhos

Paulo, após seu encontro com Jesus ressuscitado, entregou-se por inteiro à missão de evangelizar os povos. Entre os diversos problemas pelos quais ele passou está o conflito com os chamados “judaizantes” que pregavam a necessidade da circuncisão e do cumprimento de outras leis judaicas para os cristãos provindos do paganismo. Muitos se deixavam influenciar por esses judaizantes. A autoridade de Paulo, como apóstolo e fundador daquelas comunidades cristãs, estava sendo desprestigiada. Ao ser informado dessas coisas, Paulo fica muito indignado. A indignação é manifestada até mesmo no modo como escreve a carta: não começa com a costumeira ação de graças nem termina com a bênção. Ele escreve num tom de muita firmeza, gravidade e convicção. Já de início esclarece que seu apostolado não é por uma decisão



humana, mas “por Jesus Cristo e por Deus Pai que o ressuscitou dos mortos”. Portanto, a carta aos Gálatas se reveste de uma profunda seriedade. Caracteriza-se como uma forte advertência com a intenção de fazer que aquelas comunidades cristãs retomem o caminho do único evangelho.

A que evangelho Paulo se refere? No conjunto da carta constata-se que se refere ao “evangelho da liberdade” que se baseia na certeza de que a salvação é obra gratuita de Deus por Jesus Cristo. Não tem mais sentido a obrigatoriedade da circuncisão nem do legalismo. Não têm mais sentido as barreiras entre povos. Agora todos fazem parte do corpo de Cristo: “Não há mais diferença entre judeu e grego, entre pessoa escrava e livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Jesus Cristo” (3,28). Cristo uniu a todos numa única família e concedeu a todos a verdadeira liberdade: “É para sermos livres que Cristo nos libertou. Portanto, fiquem firmes e não se submetam de novo ao jugo da escravidão” (5,1).

Para Paulo é fundamental compreender e assumir esse evangelho, que torna as pessoas maduras, convictas, responsáveis e não mais dependentes de normas externas. É uma vida pautada segundo o Espírito de Deus. Não há outro evangelho. Caso contrário coloca-se a perder o significado da vida, da morte e da ressurreição de Jesus Cristo.

III. Pistas para reflexão

Deus revelou-se na história do povo de Israel como aquele que liberta os oprimidos de todo tipo de escravidão. A aliança que fez com o seu povo visou abranger toda a humanidade. A vocação de Israel é irradiar o nome do Deus da vida e da libertação para todos os povos. Apesar das tentativas de centralização e de exclusividade da eleição do povo de Israel, Deus sempre manifestou, através dos

movimentos proféticos e sapienciais, o seu plano de salvação universal. Enviou o seu Filho, Jesus Cristo, cuja proposta de Reino de Deus visa a inclusão de todos na vida em plenitude. O episódio do evangelho deste domingo – Jesus e o centurião romano – caracteriza-se como um apelo a todos os discípulos de Jesus, no sentido de abrir-se ao “outro”, acolhendo e valorizando sua fé. Outro dado importante é a autoridade da Palavra de Jesus: o que ele diz acontece. A Palavra de Deus é viva e eficaz! Jesus rompe com as barreiras impostas pelo sistema do templo, supera o legalismo, ensina com autoridade e oferece seu amor e salvação a todos.

A salvação gratuita de Deus a todos os povos – ofertada através da vida, morte e ressurreição de Jesus –, foi assumida pelo apóstolo Paulo como “único evangelho”. O seu testemunho de total entrega por essa causa de inclusão de todos os povos no plano de salvação de Deus ilumina e fortalece a nossa missão hoje como discípulos missionários de Jesus.

- Pode-se ligar a Palavra de Deus da liturgia deste domingo com a primeira urgência da ação evangelizadora da Igreja no Brasil: *Igreja em estado permanente de missão* (cf. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 2011-2015).

10º DOMINGO DO TEMPO COMUM

9 de junho

Palavras e gestos que ressuscitam

I. Introdução geral

Deus se dá a conhecer como aquele que caminha com seu povo e o liberta de toda opressão. Demonstra sua ternura e misericórdia



especialmente às pessoas que se encontram em situação de sofrimento. Escolhe e envia os profetas que, inseridos no lugar social dos excluídos, abrem caminhos novos, suscitando-lhes esperança e vida. O profeta é o portador da Palavra de Deus, capaz de transformar radicalmente a realidade pessoal e social (I leitura). Deus envia o seu próprio Filho, que, junto às pessoas marginalizadas e exauridas, lhes devolve a vida e a garantia de um futuro feliz. Sua prática revela o caminho alternativo para uma sociedade justa (evangelho). Jesus escolhe e envia discípulos missionários, como Paulo, para anunciar a Palavra que liberta e salva a todos os povos. É a proposta de vida plena, revelada por Jesus (II leitura). Os discípulos e discípulas de Jesus, hoje, estão convidados a acolher a Palavra de Deus como boa notícia e torná-la boa realidade por meio de gestos concretos de compaixão e solidariedade.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (1Rs 17,17-24): A profecia vence a morte

A missão profética de Elias revela-se como fundamento de todo o movimento profético ao longo da Bíblia. Ele é considerado o pai dos profetas. Sua prática serve, ademais, de inspiração para a prática libertadora de Jesus.

A atuação do profeta Elias se dá no Reino do Norte, durante o reinado de Acab e de Ocozias, entre os anos de 874 e 852 a.C. Elias demonstra profundo zelo pela vontade de Iahweh, de quem se põe totalmente a serviço, conforme ele mesmo declara no início de sua missão: “Pela vida de Iahweh, a quem sirvo...” (1Rs 17,1). Faz jus, assim, ao significado de seu nome: “Meu Deus é Iahweh”.

Suas ações, de forma predominante, são desdobramento do compromisso com a solução dos problemas que afetam o cotidiano das pessoas necessitadas. A necessidade é o critério-chave que faz o profeta aproximar-se e pôr-se a serviço de quem precisa de ajuda. Essas pessoas são vítimas de um sistema monárquico que produz alto índice de exclusão social. O desenvolvimento econômico se dá com a exploração do povo. O fortalecimento político do Estado privilegia um grupo que concentra poder e dinheiro. A expropriação dos bens (cf. 1Rs 21) e o abuso da mão de obra dos pequenos causam empobrecimento, miséria, fome e morte.

A viúva de Sarepta e seu filho sintetizam a situação da maioria do povo, cujo futuro permanece fechado. As viúvas, os órfãos e os estrangeiros (Sarepta não faz parte do território de Israel) representam, na Bíblia, as categorias de necessitados. Deus não os quer abandonados nem quer a morte de ninguém. Elias põe-se a serviço de Deus, acolhe o clamor das pessoas que sofrem, vai ao seu encontro para defender e promover o direito à vida digna.

O profeta se hospeda na casa da viúva pobre e estrangeira: a profecia é acolhida pelas pessoas empobrecidas, e elas se tornam o lugar teológico-social onde são gestados novos caminhos. Essa gente marginalizada é capaz de solidariedade e partilha. A proximidade com as pessoas sofredoras, o anúncio da Palavra que liberta, a oração confiante ao Deus da vida, a insistência em passar a energia profética ao que já se encontra em situação de morte são atitudes que revelam o método de restauração, transformação e ressurreição. Na verdade, a profecia é a manifestação da presença e da misericórdia de Deus, que age por meio do amor afetivo e efetivo. É boa notícia para os pobres. É o projeto de Deus sendo acolhido a partir da casa. Constitui-se em fidelidade à aliança sagrada. Os protagonistas são as próprias pessoas excluídas



do sistema oficial. Nelas reside a força e a criatividade divinas, capazes de mudanças radicais. A palavra profética infunde nelas essa consciência.

2. Evangelho (Lc 7,11-17):

Jesus liberta das garras da morte

O relato do episódio da ressurreição do filho da viúva de Naim encontra-se somente no Evangelho de Lucas. Tem estreita ligação com o episódio de Elias: ambos tratam da morte do filho único, cuja mãe é viúva. Os filhos únicos representam a garantia de futuro para as famílias. A situação de morte não pode deixar acomodadas as pessoas que servem a Deus.

Nos evangelhos, os sinais de cura e libertação, em sua maior parte, são realizados por Jesus em atendimento à súplica dos necessitados. No caso da viúva de Naim, porém, é Jesus mesmo que toma a iniciativa de ir ao seu encontro. “Seus discípulos e numerosa multidão caminhavam com ele.”

Naim é uma cidade amuralhada. Do seu interior para a porta vem uma procissão, acompanhando o enterro do filho único de uma viúva. “Grande multidão da cidade estava com ela.” Duas procissões em sentido contrário encontram-se na “porta da cidade”. Jesus vê a situação em que se encontra aquela mãe e fica comovido, isto é, “ele é movido em suas entranhas”, conforme o verbo grego (*splanchnizomai*). É o mesmo sentimento de amor e compaixão que leva o samaritano a socorrer a pessoa espancada e abandonada à beira do caminho (10,33); é também o mesmo sentimento que leva o pai do filho pródigo a ir correndo ao seu encontro, acolhê-lo nos braços e beijá-lo (15,20).

Jesus, movido pela compaixão, dirige-se à mulher com palavras de consolação e esperança: “Não chores”. Não são palavras de meras condolências. Ele se aproxima, toca no esquife e pede que o jovem se levante. Perce-

be-se, aqui também, como na narrativa de Elias, alguns verbos-chave reveladores da metodologia que proporciona a transformação de uma realidade de morte.

As pessoas que testemunham o fato glorificam a Deus, reconhecem Jesus como profeta e exclamam: “Deus visitou o seu povo”. É o eco do cântico de Zacarias, que bendiz a Deus “porque visitou e redimiu o seu povo e suscitou-nos uma força de salvação” (1,68s). Não é por acaso que Lucas situa o fêretro vindo da cidade, lugar onde o poder se articula e se organiza. É como um seio que, ao invés de gerar a vida, provoca a morte. Jesus, força de salvação, vem com outro projeto que faz parar essa procissão de gente sem vitalidade. Junto com a vida, também restitui ao jovem a palavra. O povo, assim, é chamado a resgatar o direito à palavra e à vida e tornar-se protagonista de uma nova sociedade.

3. II leitura (Gl 1,11-19):

A graça da conversão

Na Carta aos Gálatas, Paulo aprofunda, especialmente, o evangelho da liberdade: “Foi para sermos livres que Cristo nos libertou” (Gl 5,1). A primeira dimensão dessa liberdade se verifica na própria pessoa. Nesse sentido, Paulo dá o seu próprio testemunho. Quando arraigado no judaísmo, era ferrenho perseguidor das comunidades cristãs com o intuito de destruí-las. Como judeu, seguia zelosamente as tradições de Israel. Conhecia muito bem as leis e se esforçava por praticá-las, pois aprendera que a salvação de Deus seria concedida por meio da observância legalista.

Com a conversão, porém, muda radicalmente a sua visão teológica. Adquire a consciência de que Deus o escolheu desde o seio materno e o chamou por sua graça. Em seu itinerário pessoal, sempre com maior clareza e profundidade, percebe que a salvação oferecida por Deus se fundamenta na total



gratuidade. A sua experiência pessoal o comprova: ele foi agraciado por Deus quando ainda era pecador e confiava nas seguranças humanas. Com essa nova compreensão, Paulo se desvencilha de seu apego à raça de Israel e lança-se ao anúncio do evangelho da salvação a todos os povos. Encontra, nessa missão, forte oposição, especialmente da parte de alguns pregadores judeu-cristãos. É o que se depreende ao ler o texto imediatamente anterior ao da liturgia de hoje (cf. Gl 1,6-10).

Esses pregadores, também conhecidos como “judaizantes”, procuravam convencer os gentio-cristãos a aderir a certas normas judaicas, especialmente à circuncisão. Certamente diziam que o evangelho pregado por Paulo não era verdadeiro. Vários cristãos deixam-se influenciar por tais pregadores. Paulo põe-se veementemente contra a doutrina desses missionários e alerta as comunidades da Galácia para não se deixarem enganar (cf. Gl 1,6-10).

Ao enfatizar o seu próprio testemunho de conversão, Paulo quer reafirmar a ação da graça de Deus, revelada em Jesus Cristo. A salvação por ele trazida estende-se a todos os povos sem discriminação. Este é o evangelho da liberdade a que todos podem ter acesso pela fé. É dom de Deus!

III. Pistas para reflexão

Deus, desde a criação do mundo, estabeleceu um plano de amor e salvação para toda a humanidade. Firmou uma aliança com o seu povo, protegendo-o e amando-o com fidelidade. O egoísmo humano, porém, quebra a aliança sagrada e organiza sistemas que excluem e matam. Deus, no entanto, não abandona o seu povo. Chama pessoas, como o profeta Elias, capazes de ouvir o grito dos necessitados e comprometer-se com sua libertação. Deus envia o seu próprio Filho, Jesus, que assume o programa de anunciar a

boa notícia aos pobres, proclamar a liberdade aos presos, recuperar a vista aos cegos e libertar as pessoas oprimidas (cf. Lc 4,18s). Tanto o profeta Elias como Jesus de Nazaré revelam o caminho que deve ser seguido por todas as pessoas que amam a Deus.

O desafio de uma sociedade justa e fraterna permanece atual. Os discípulos missionários do Senhor não podem acomodar-se. O testemunho de Paulo nos alerta para a necessidade do desapego das seguranças baseadas no poder, normalmente legitimado por sistemas religiosos. A liberdade em Cristo nos leva a acolher a graça da salvação que ele nos trouxe e, por isso mesmo, a amar gratuitamente os irmãos. “O povo pobre das periferias urbanas ou do campo necessitam sentir a proximidade da Igreja, seja no socorro de suas necessidades mais urgentes, como também na defesa de seus direitos e na promoção comum de uma sociedade fundamentada na justiça e na paz. Os pobres são os destinatários privilegiados do evangelho” (Dap 550).

- Pode-se fazer a memória dos profetas e profetisas de nossos tempos. Pode-se também levantar as situações de morte que nos desafiam hoje e valorizar as diversas ações que estão sendo desenvolvidas em favor da vida, estimulando a participação e a criatividade para novas iniciativas.

11º DOMINGO DO TEMPO COMUM

16 de junho

0 perdão dos pecados: vida nova

I. Introdução geral

Os textos deste domingo tratam do tema do perdão dos pecados. A compreensão a



respeito desse assunto vai se aperfeiçoando ao longo da tradição judaico-cristã. Deus se revela como misericórdia. Ele perdoa ao pecador arrependido por maior que possa ser o pecado por este cometido. O reconhecimento da transgressão à lei divina e o arrependimento sincero demonstram a determinação de deixar-se conduzir pela vontade de Deus, manifestada nas palavras do profeta. É o que podemos constatar na atitude do rei Davi perante a denúncia do profeta Natã (I leitura). Jesus exerce o poder de perdoar pecados, mesmo contestado pelos adversários. Ele é o rosto misericordioso de Deus presente no meio da humanidade pecadora. O perdão de Jesus revela que sua prioridade é a pessoa humana, chamada a ser livre e íntegra (evangelho). O perdão é a manifestação da justiça de Deus baseada não nos méritos humanos, mas na grandeza de seu amor. Todos somos pecadores e necessitados da intervenção divina para nos salvar. Jesus Cristo, pela sua morte, redimiu-nos dos pecados e nos resgatou para a vida. Pela fé acolhemos essa graça e nos deixamos moldar por Jesus Cristo (II leitura). O perdão que Deus nos concede gratuitamente nos torna capazes de amar como ele nos ama, superando todo egoísmo e construindo relações justas e fraternas.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (2Sm 12,7-10.13): Deus perdoa ao pecador arrependido

Davi foi ungido para governar o povo de Israel. Deus o abençoou e o defendeu das armadilhas dos inimigos. Como escolhido de Iahweh, deveria agir exemplarmente e seguir os mandamentos. No ápice de seu poder,

porém, Davi esquece-se de servir a Deus e abnegar-se em favor do povo. Enquanto seus soldados estão em batalha, Davi permanece tranquilamente em seu palácio, usufruindo de uma vida mansa e descomprometida. Deixa-se conduzir pela luxúria e comete a primeira violação grave: adultério com Betsabeia, a mulher de Urias, general de seu exército. Ao constatar que ela engravidara, o rei deixa-se conduzir pelo orgulho e comete a segunda violação grave: assassinato. Manda que posicionem Urias no lugar mais perigoso numa guerra contra os amonitas, a fim de que fosse ferido e morresse. O desrespeito a esses dois mandamentos da Lei de Deus lhe valeria a morte (cf. Lv 20,10 e 24,17).

Davi parece não dar-se conta da gravidade de seus pecados. O poder obscureceu a sua consciência. Deus, porém, que perscruta os corações, envia o profeta Natã, que, ao apresentar-se ao rei, lhe conta uma história de dois homens: um rico que retira de um pobre o único bem que este possuía (cf. 2Sm 12,1-4). Davi, na sua pretensão de justo, mostra-se indignado contra tal explorador. Natã, então, aponta o culpado: “Esse homem és tu!” Lembra-lhe toda a trajetória da sua vida e como Deus lhe manifestou o seu amor. Os pecados de Davi não consistiram numa traição somente a Urias, mas a todo o povo de Israel e ao próprio Deus.

A intervenção do profeta Natã acorda a consciência adormecida de Davi, que reconhece seu pecado e se arrepende com sinceridade. Deus lhe perdoa e o livra da morte. Porém não o livra das consequências provenientes de suas faltas. A responsabilidade dos atos deve ser assumida. O perdão, de todo modo, proporciona a nova oportunidade de entrar na dinâmica do amor de Deus. Davi pode voltar a governar com justiça, respeitando a Lei de Deus e o direito de todas as pessoas à vida digna. O perdão reconduz a pessoa arrependida ao caminho da vontade divina.



2. Evangelho (Lc 7,36-8,3): Jesus, o rosto misericordioso de Deus

O Evangelho de Lucas aprofunda, de maneira especial, o tema da misericórdia. É o caminho que proporciona a inclusão de todas as pessoas na proposta de amor e salvação revelada em Jesus. A casa de Simão, o fariseu, serve de cenário para a mensagem a ser assimilada e jamais esquecida pelas comunidades cristãs. O fariseu convida Jesus para comer com ele, em sua casa. Casa e comida são dois elementos que apontam para o projeto de “comunhão de mesa”. As comunidades primitivas reuniam-se nas casas para atualizar a memória de Jesus, a oração, a partilha da comida e a ceia.

Sentar-se à mesma mesa representava a determinação de relacionar-se na igualdade e na fraternidade, sem discriminação de raça, sexo ou classe social, expressando as mesmas convicções religiosas. Esse projeto, porém, não foi tão tranquilo. A dificuldade maior se deu na relação entre cristãos de origem judaica e cristãos gentios. Além disso, na época da redação do Evangelho de Lucas, percebe-se forte tendência de discriminar as mulheres, abafando o seu protagonismo na animação das comunidades cristãs.

O fato de Jesus aceitar o convite do fariseu demonstra que o mestre não faz acepção de pessoas. Sente-se livre em qualquer ambiente. É portador do amor de Deus que se estende a todos, sem discriminação. Na mesa há outros convivas. Entre eles dificilmente estariam também mulheres. Decerto seriam os amigos de Simão, pertencentes ao mesmo partido farisaico. Estariam, quem sabe, também os apóstolos?

A narrativa apresenta uma mulher que aparece de repente e se coloca aos pés de Jesus. Ela é da cidade, sem nome e conhecida como pecadora. Trouxe um frasco de perfume precioso e, entre lágrimas, unge os pés de

Jesus, beija-os e enxuga-os com os cabelos. Os detalhes da ação da mulher revelam profundo sentimento de amor e gratidão. Simão, diante do que está vendo, não ousa criticar abertamente a atitude de Jesus, mas em seu coração põe em dúvida a sua qualidade de profeta, pois está acolhendo uma pecadora.

A parábola que Jesus conta tem por finalidade desmascarar a atitude de superioridade e arrogância da parte dos que se consideravam justos diante de Deus. Tem endereço certo. A concepção farisaica de justiça divina relacionava-se com o cumprimento das leis. O perdão dos pecados e a salvação estariam condicionados pela observância legalista. Essa segurança que o sistema religioso lhe dava impedia o fariseu de entender e acolher a gratuidade do perdão e da salvação. Somente quem deve muito, isto é, quem tem consciência profunda de seus pecados conseguirá fazer a experiência do amor sem limites de Deus.

A mulher pecadora irrompe, sem pedir permissão, naquele ambiente fechado e excludente. Sua atitude faz abrir os olhos para enxergar a presença de Jesus, o Filho de Deus, que vem trazer o perdão e a paz sem atrelamento ao sistema legalista do Templo. Na pessoa e na proposta de Jesus, a mulher se sente contemplada. É acolhida como sua discípula; pode comungar da mesma mesa da Palavra e do Pão; pode fazer parte da mesma Igreja, o Corpo de Jesus.

Não é difícil perceber que a narrativa tem uma função de denúncia da exclusão de mulheres que, com muita probabilidade, está em processo na época da redação do evangelho, pelo final do primeiro século. O texto exerce também a função de atualização da proposta de Jesus, que inclui no seu seguimento tanto os homens – os Doze – como as mulheres: Maria Madalena, Joana, Susana e várias outras. Diz delas o que não diz dos Doze: serviam a Jesus com seus bens (cf. 8,1-3).



3. II leitura (Gl 2, 16.19-21): A vida nova em Cristo

Paulo, com base em sua experiência pessoal, procura anunciar uma de suas descobertas mais profundas: a salvação não provém da observância da Lei, mas do amor gratuito de Deus. Ele sabe o que diz: foi fariseu praticante e, agora, após ser encontrado por Jesus, percebe as coisas de forma totalmente diferente. A cruz de Jesus, para Paulo, é a chave por excelência que permite abrir a mente e o coração para a verdadeira compreensão do desígnio divino. Está plenamente convencido de que as obras humanas, a circuncisão e o cumprimento das leis não garantem a salvação. Se assim fosse, Jesus Cristo teria morrido inutilmente. Se ainda depositamos nossa confiança no poder dos ritos e normas como condicionantes de salvação, então não precisamos de Jesus Cristo.

Mas não! Jesus veio e nos amou de tal maneira que entregou sua vida por nós. Portanto, na cruz de Jesus, encontra-se o segredo da justificação. Somos todos pecadores! Na cruz de Jesus podemos morrer também nós para tudo o que impede o acolhimento da gratuidade do amor de Deus. Nessa entrega confiante pela fé reside a verdadeira justiça que nos faz viver como novas criaturas. A vida iluminada pela fé no Filho de Deus, que morreu por nós, torna-nos verdadeiramente livres.

III. Pistas para reflexão

O tempo em que vivemos prima pela superficialidade das relações entre nós e com Deus. Paramos e meditamos muito pouco. Damos pouca atenção à Palavra de Deus. Rezamos apressadamente. Priorizamos celebrações triunfalistas. Vivemos dispersos e não encontramos o essencial.

São Paulo descobriu que somente Deus nos realiza profundamente. Somente sua

0 dízimo sem mistérios nas páginas dos nossos livros



As sete chaves do dízimo Segredo a ser descoberto

Pe. Jerônimo Gasques

O dízimo é um caminho que se aprende fazendo a experiência em conjunto, nem sempre fácil, pelos obstáculos que surgem e pela dificuldade de reflexão e entendimento. Ele remete a portas que podem ser abertas quando se confia na verdadeira Palavra de Deus, que jamais falha.



Dízimo e captação de recursos Desafio às comunidades do século 21

Pe. Jerônimo Gasques

Como evangelizar com o dízimo e somente nele confiar? Podemos contar somente com esse recurso? O autor, neste livro, reflete sobre essa possibilidade e acredita que é possível um dízimo rendoso e cheio de testemunhos de comunhão e partilha.

Vendas: (11) 3789-4000
0800-164011
SAC: (11) 3789-4119

VISITE NOSSA LOJA VIRTUAL
paulus.com.br



Imagens meramente ilustrativas.



graça nos transforma. Ela nos foi dada plenamente na morte de Jesus. A cruz tornou-se a chave para entendermos o amor infinito de Deus. Nele podemos apostar com toda a confiança, entregando-lhe a nossa vida inteira. Jesus é nosso mestre. A seus pés nos lançamos com tudo o que somos e temos, como fez a mulher pecadora na casa do fariseu. Como seus discípulos missionários, assumimos sua cruz como caminho de vida nova.

A misericórdia divina, se permitirmos, pode penetrar o mais profundo do nosso ser e nos transformar em criaturas novas. Se, no passado, cometemos muitas e graves faltas, podemos, no presente, acolher o perdão de Deus e entrar numa nova dinâmica de vida. O rei Davi é um exemplo nesse sentido. Necessitamos radicalmente do perdão que nos liberta e nos devolve a integridade. Uma pessoa reconciliada com Deus sente-se inteira e feliz. Sente-se fortalecida para irradiar esse amor, exercitando o perdão sincero e profundo a partir de si mesma e de sua casa.

- Pode-se incentivar os gestos de perdão e reconciliação entre o casal, pais e filhos, vizinhos, Igrejas, religiões, povos. Pode-se também valorizar o sacramento da penitência e da reconciliação e oferecer momentos celebrativos especiais para a sua administração.

12º DOMINGO DO TEMPO COMUM

23 de junho

Jesus: fé e seguimento

I. Introdução geral

O Filho de Deus se fez um de nós. Revelou o rosto misericordioso do Pai. Formou uma comunidade de discípulos. Ensinou-lhes o

caminho do Reino de Deus. Junto às pessoas excluídas, manifestou-lhes o poder de Deus que liberta, cura, perdoa, sacia... Jesus conta com os seus seguidores. Envia-os em missão para continuarem a sua obra. A compreensão a respeito de Jesus dá-se, porém, gradativamente. Predomina nos discípulos a ideia triunfalista de Messias. Precisam ainda tomar consciência do verdadeiro significado do seguimento de Jesus. Não basta crer que ele é o Messias. Jesus assume o caminho da cruz, e não a postura triunfalista; solidariza-se com a dor da humanidade que anseia por libertação (evangelho). Na história de Israel, o sofrimento foi sendo entendido como processo de purificação do pecado e de encontro com o verdadeiro Deus que ouve a súplica do povo em crise (I leitura). Como filhos e filhas de Deus, somos chamados à autêntica liberdade, deixando-nos guiar pelo seu Espírito. Restabelece-se a dignidade e a igualdade entre todos, superando as barreiras de raça, gênero e classe social (II leitura). São importantes indicações para todas as pessoas de boa vontade que desejam viver uma vida nova, com renovado entusiasmo e realismo histórico.

II. Comentário dos textos

1. I leitura (Zc 12,10-11; 13,1): Deus ouve a súplica do povo

Os estudiosos distinguem, no livro de Zacarias, dois blocos distintos: o primeiro (Zc 1-8) teria sido escrito ao redor do ano 520 a.C., duas décadas após o exílio da Babilônia. Nesse bloco, os autores apontam os pecados do povo como causadores do exílio. Deus, porém, concede o perdão e defende os interesses dos repatriados. Jerusalém e o Templo (que está sendo reconstruído) são projetados como fonte de bênçãos e de um futuro messiânico de paz e de alegria para o povo.



O segundo bloco (Zc 9-14), escrito em torno do final do século IV a.C. e, portanto, mais recente do que o primeiro, apresenta um conteúdo centrado no messianismo. Jerusalém – a casa de Davi – é considerada como centro do mundo; é o lugar onde Deus mostra sua ternura e proteção ao povo “transpassado” pelo sofrimento, causado especialmente pelas dominações externas e por seus tentáculos internos. Desde a invasão babilônica em 587 a.C., quando a cidade e o templo de Jerusalém foram arrasados, muita gente foi morta e muitos foram expatriados de sua terra. A idolatria é reconhecida como a causa desses acontecimentos lamentáveis.

Deus mostra-se extremamente solícito com o clamor do povo que chora e se lamenta, reconhecendo seus pecados. Deus mesmo vai purificá-lo, enviando-lhe um “espírito de graça e de súplica” para que todos voltem o olhar para ele. Espírito de graça porque Deus será reconhecido como aquele que ama na gratuidade, apesar das infidelidades do povo; espírito de súplica porque o povo, em situação de extrema necessidade, se volta para Deus com fé e confiança, invocando sua ajuda e proteção.

Jerusalém, com a vida nova adquirida por intervenção divina, transforma-se em fonte irradiadora de purificação e bênção. Podemos aqui lembrar a leitura que a comunidade joanina vai fazer a respeito de Jesus, morto em Jerusalém, o “transpassado” para o qual todos voltarão seus olhos (Jo 19,37). O Messias assassinado na cruz torna-se a fonte de todas as bênçãos para a humanidade.

2. Evangelho (Lc 9,18-24): que tipo de Messias é Jesus?

A compreensão do messianismo de Jesus por parte de seus discípulos foi acontecendo lentamente. Imersos na ideologia religiosa do Templo, esperavam um Messias com poder

de monarca, da linhagem de Davi, capaz de libertar o povo da dominação romana.

Portanto, se essa era a mentalidade dominante a respeito do Messias, ela deveria causar grandes problemas para os políticos da época. De fato, vários líderes messiânicos foram simplesmente exterminados antes de Jesus. Nenhuma das respostas dadas a Jesus sobre o que as multidões diziam a seu respeito contempla a ideia de Messias. Lucas reserva essa concepção para Pedro, o representante dos discípulos: “Tu és o Messias de Deus”.

Imediatamente Jesus os proíbe severamente de espalhar essa afirmação para outras pessoas. Ele conhece os seus seguidores e sabe que estão ainda fanatizados pela ideologia dominante. Podem dar azo ao seu fanatismo e comprometer a missão de Jesus. Eles sabem que Jesus é o Messias, mas ainda não compreendem que tipo de Messias é Jesus.

Segundo Lucas, Jesus vai dedicar uma caminhada inteira (novo êxodo), da Galileia a Jerusalém, ao empenho especial de educar os discípulos na verdadeira compreensão do Messias. O início dessa caminhada se dá em 9,51, quando Jesus “toma a firme decisão de partir para Jerusalém”. Antes disso, ele faz dois anúncios de sua paixão e morte. No primeiro, logo após a declaração teórica, por parte dos discípulos, de que ele é o Messias: “É necessário que o Filho do homem sofra muito, seja rejeitado pelos anciãos, pelos chefes dos sacerdotes e escribas, seja morto e ressuscite ao terceiro dia” (9,22). No segundo anúncio (9,44-45), Jesus prepara os discípulos para o destino do Messias, alertando-os: “Abram bem os ouvidos... O Filho do homem será entregue às mãos dos homens”. O terceiro anúncio (18,31-34) Jesus o fará em plena caminhada, próximo a Jerusalém: “De fato, ele será entregue aos gentios, escarnecido, ultrajado, coberto de escarros, depois de açoitá-lo, eles o matarão...”. Apesar da tríplice insistência, os discípulos “não entenderam nada”.



A cruz e a morte estão intimamente ligadas ao messianismo de Jesus. A concepção triunfalista cai por terra. “Se alguém quer vir após mim, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz cada dia e siga-me.” A escolha de Jesus é o caminho do “servo sofredor”, inspirado no Segundo Isaías (Is 40-55). Decorre daí que o seguimento de Jesus se concretiza por meio de rupturas e opções: rupturas com toda forma de egoísmo e poder, com toda preocupação de buscar o brilho próprio dos que dominam; opções pelo serviço humilde e abnegado em vista de uma sociedade de amor, de justiça e de paz. De fato, Jesus não anuncia a sua morte como fato definitivo. A ressurreição é o destino dos que dão a vida pelo Reino. O êxodo pelo qual Jesus tem de passar, incluindo a própria morte, vai possibilitar a entrada na terra da liberdade e da vida plena, onde já não haverá egoísmo nem dominação de nenhuma espécie.

3. II leitura (Gl 3,26-29): Revestidos de Cristo

Nesse texto, Paulo continua explicando às comunidades cristãs a importância da fé em Jesus Cristo como caminho de superação de todo legalismo. A Lei funcionou como “pedagogo” enquanto ainda estávamos num estágio imaturo. Com seus preceitos e proibições, foi útil para nos ajudar a descobrir o que pode nos levar à maldição e o que atrai a bênção. O problema é que a lei nos tornou seus dependentes e até nos escravizou, a ponto de condicionar a salvação ao cumprimento de inúmeras normas.

Com o advento de Jesus, é-nos dado o tempo da maturidade. Então, podemos sair da dependência da Lei e abraçar a autêntica liberdade de filhos e filhas de Deus. Não se pode voltar atrás, sob o risco de anular a graça de Deus.

Pela fé em Jesus Cristo nos tornamos semelhantes a ele. Pelo batismo nos revestimos

de Jesus, mergulhamos na sua própria vida. A Lei fazia distinção de pessoas e legitimava a exclusão de mulheres, pobres e estrangeiros. Agora nos tornamos uma unidade na diversidade. Portanto, “não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e livre, entre homem e mulher”. Ficam assim eliminadas as barreiras que nos separavam, seja de raça, de gênero ou de classe social. Pertencendo, assim, a Cristo, somos herdeiros da promessa que Deus fez a Abraão de uma descendência numerosa e feliz.

III. Pistas para reflexão

Temos a graça de conhecer a Jesus por meio do testemunho dos discípulos que o conheceram pessoalmente e também das comunidades cristãs primitivas. Constatamos que o seguimento de Jesus se dá num processo de compreensão gradativo. Assim como aconteceu com os seus discípulos, todos nós somos contaminados com falsas ideologias que vão introduzindo pseudovalores, segundo os interesses dos que dominam a sociedade.

Desde o âmbito familiar, os pais tendem a educar os filhos para serem os melhores, os mais fortes, os mais espertos. Ao entrar na escola, a maior preocupação é vencer na vida, entendendo isso como ter dinheiro, fama e poder. Num mundo competitivo como o nosso, há pouco lugar para o serviço humilde e para uma política que vise à inclusão de todas as pessoas nas condições de uma vida digna. É grande ainda a discriminação entre pessoas devido à sua condição social, à cor da pele ou ao sexo. Precisamos realizar um “novo êxodo” rumo a uma terra sem males, onde as diferenças sejam respeitadas e acolhidas; onde as relações se fundamentem na dignidade intrínseca de cada ser humano; onde a liberdade se concretize em ações a favor da vida sem exclusão.



Como filhos e filhas de Deus, podemos desenvolver sempre melhor a potencialidade divina que está em nós; como mulheres e homens, podemos exercitar cotidianamente o serviço mútuo, dando-nos as mãos para construir o Reino de Deus. Jesus nos ensinou o caminho da vida plena, caracterizado pelas rupturas com o poder que domina e pelas opções de profunda solidariedade com o povo transpassado pelo sofrimento. Somos convidados a seguir a Jesus, o Messias. Lembremos, porém, que em seu messianismo não ambicionou fama e triunfalismo, mas escolheu livremente ser fiel ao Pai, sendo servo de todos até a morte.

- Podem-se levantar algumas situações evidentes de discriminação e de exclusão na família e na sociedade. Ressaltar as atitudes de serviço humilde e anônimo de muitas pessoas normalmente esquecidas e desvalorizadas. Esclarecer quais as rupturas e as opções a serem feitas pelos seguidores e seguidoras de Jesus.

13º DOMINGO DO T. C. /

S. PEDRO E S. PAULO

30 de junho

Por Pe. Johan Konings, sj

Missão a todos, na unidade

I. Introdução geral

A festa que hoje celebramos é popularmente reconhecida como o *dia do papa*, sucessor de Pedro. Mas não podemos esquecer de que, ao lado de Pedro, é celebrado também Paulo, o apóstolo, o missionário por excelência. A figura de Pedro é destacada principalmente na primeira leitura e no

evangelho; a de Paulo, na segunda leitura. Mas a primeira leitura cria um espaço para falar dos dois: mostra que Deus está com seus enviados. Baseando-se na compreensão popular dos dois santos, pode-se combinar, nesta celebração, a ideia da pessoa de referência para a unidade da Igreja, como foi Pedro, e a do incansável missionário, que foi Paulo. O lema que se pode repetir na pregação é: “Missão a todos, na unidade”.

II. Comentário dos textos bíblicos

1. I leitura (At 12,1-11)

A primeira leitura, tomada dos Atos dos Apóstolos, narra o episódio da prisão e libertação de Pedro. Por volta de 43 d.C., o rei judeu, Herodes Agripa I, vassalo dos romanos, mandou executar o apóstolo Tiago, filho de Zebedeu. Depois mandou aprisionar Pedro. Mas o “anjo do Senhor” o libertou, como libertou os israelitas do Egito. A comunidade recorreu à arma da oração: é Deus quem age, ele é o libertador. Assim, Pedro é libertado da prisão pelo anjo do Senhor. Esse feito confirma sua missão especial na Igreja, ressaltada no evangelho. O significado desse episódio pode ser estendido à vida de Paulo, que, conforme At 16,16-40, viveu uma experiência semelhante, além de muitas outras situações de perigo e aperto (cf. 2Cor 11,16-33).

2. Evangelho (Mt 16,13-19)

O evangelho apresenta Pedro como a pedra ou rocha da Igreja. A situação é a seguinte: Jesus havia enviado os Doze em missão, e eles tomaram conhecimento das reações do povo diante de Jesus, além do acontecido com João Batista, decapitado por Herodes Agripa. Quando os discípulos voltam da missão,



Jesus lhes pergunta quem o povo e quem eles mesmos dizem que ele é. Pedro responde pelos Doze e chama Jesus de Messias (em grego, Cristo: cf. Mc 8,29) e Filho de Deus (como diz Mt 16,16; cf. 14,33). Enquanto o relato de Marcos (Mc 8,27-30) é mais simples, o de Mateus mostra que Jesus reage à profissão de fé feita por Pedro em nome dos Doze com três observações. Primeiro, reconhece nela uma inspiração divina: “não foi um ser humano (literalmente, ‘carne e sangue’) que te revelou isso” (Mt 16,17). Além disso, muda o nome de Simão, chamando-o, com um jogo de palavras, de Pedro, porque “sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e o poder (literalmente, ‘as portas’) do inferno nunca poderá vencê-la” (Mt 16,18). Enfim, Jesus confia a Pedro o serviço de governar a comunidade (as “chaves” e o poder de ligar e desligar, ou seja, obrigar e deixar livre, poder de decisão), com ratificação divina (“será ligado/desligado no céu”, Mt 16,19).

Jesus dá a Simão o nome de Pedro, “Pedra”, que sugere solidez: Simão deve ser a “pedra” (rocha) que dará solidez à comunidade de Jesus (cf. Lc 22,32). Isso não é um reconhecimento de suas qualidades naturais, embora possamos supor que Simão deva ter sido um bom empresário de pesca! Pelo contrário, não se refere ao que Pedro foi, mas ao que será. Trata-se de uma vocação que o transforma. Muitas vezes, na Bíblia, a imposição de um novo nome significa que a pessoa recebe nova vocação e deverá transformar-se para corresponder. Na Bíblia, ser “rocha” é, antes de tudo, um atributo de Deus mesmo, o “Rochedo de Israel” (cf. Dt 32,4 etc.). Jesus, com certeza, não quer colocar Pedro no lugar do “Rochedo de Israel”, mas o incumbe, por assim dizer, de uma missão que tenha qualidade análoga. A firmeza e a proteção evocadas pela imagem da rocha não são algo que Simão Pedro tem em si mesmo (ele negará conhecer Jesus na hora em que deveria testemunhar), mas são a firmeza e a proteção de

Deus das quais ele é constituído “ministro”, e essa “nomeação” vai acompanhada de uma promessa: as “portas” (cidade fortificada, reino) do inferno não poderão nada contra a Igreja. Esse ministério está a serviço do Reino dos céus (maneira de Mateus dizer o Reino de Deus). Assim como as chaves das portas da cidade são entregues a seu prefeito (cf. Is 22,22), assim Pedro recebe o governo da comunidade que instaura o Reino de Deus no mundo. Em Mt 18,18, autoridade semelhante é exercida pela comunidade, mas Pedro tem uma responsabilidade específica, unificadora, que dá solidez à Igreja.

3. II leitura (2Tm 4,6-8.17-18)

A segunda leitura evoca Paulo. Ele, que sempre trabalhou com as próprias mãos, está agrilhado; na defesa, ninguém o assistiu. Contudo, fala cheio de gratidão e esperança. “Guardou a fidelidade”: a sua e a dos fiéis. Aguarda com confiança o encontro com o Senhor. Ofereceu sua vida no amor, e o amor não tem fim (cf. 1Cor 13,8). Seu último ato religioso é a oblação da própria vida (cf. Rm 1,9; 12,1). Sua vida está nas mãos de Deus, que a arbata da boca das feras.

Sua vocação se deu por ocasião da aparição de Cristo no caminho de Damasco: de perseguidor, Paulo se transformou em apóstolo e realizou, mais do que os outros apóstolos, a missão de ser testemunha de Cristo até os confins da terra (At 1,8). Apóstolo dos pagãos, tornou realidade a universalidade da Igreja, da qual Pedro é o guardião. A segunda leitura que hoje ouvimos é o resumo de sua vida de plena dedicação à evangelização entre os pagãos, nas circunstâncias mais difíceis: a Palavra tinha de ser ouvida por todas as nações (2Tm 4,17). A ninguém podia ficar escondida a luz de Cristo! O mundo em que Paulo se movimentava estava dividido entre a religiosidade rígida dos judeus farisaicos e o mundo



pagão, entre a dissolução moral e o fanatismo religioso. Nesse contexto, o apóstolo anunciou o Cristo crucificado como a salvação: loucura para os gregos, escândalo para os judeus, mas alegria verdadeira para quem nele crê. Missão difícil. No fim de sua vida, Paulo pode dizer que “combateu o bom combate e conservou a fé”. Essa afirmação deve ser entendida como fidelidade na prática, tanto de Paulo como dos fiéis que ele ganhou. Como Cristo, o bom pastor, não deixa as ovelhas se perderem, assim também o apóstolo, enviado de Cristo, as conserva nesse laço de adesão fiel, marca de sua própria vida.

III. Pistas para reflexão

Conforme o evangelho, Simão responde pela fé dos seus irmãos. Por isso, Jesus lhe dá o nome de Pedro, que significa sua vocação de ser “pedra”, rocha, para que seja edificada sobre ele a comunidade dos que aderem a Jesus na fé. Pedro deverá dar firmeza aos seus irmãos (cf. Lc 22,32). Essa “nomeação” vai acompanhada de uma promessa: o reino do inferno não poderá nada contra a Igreja, que é uma realização do Reino do céu. A libertação da prisão, lembrada na primeira leitura, ilustra essa promessa. Jesus confia a Pedro “o poder das chaves”, o serviço de administrador de sua “cidade”, de sua comunidade. À medida que a Igreja é realização (provisória, parcial) do Reino de Deus, Pedro e seus sucessores, os papas, são “administradores” dessa parcela do Reino. Eles têm a última responsabilidade do serviço pastoral. Pedro, sendo aquele que “responde” pelos Doze, administra ou governa as responsabilidades da evangelização (não a administração material). Quem exerce esse serviço hoje é o papa, sucessor de Pedro e bispo de Roma, cidade que, pelas circunstâncias históricas, se tornou o centro a partir do qual melhor se exercia essa missão. Pedro recebe também o poder

de “ligar e desligar” – o poder da decisão, de obrigar ou deixar livre –, exatamente como último responsável da comunidade (a qual também participa nesse poder, como mostra Mt 18,18). Não se trata de um poder ilimitado, mas de responsabilidade pastoral, que concerne à orientação dos fiéis para a vida em Deus, no caminho de Cristo.

Se Pedro aparece como fundamento institucional da Igreja, Paulo aparece mais na qualidade de fundador carismático. Transformado por Cristo em mensageiro seu (“apóstolo”), ele realiza, por excelência, a missão dos apóstolos de serem testemunhas de Cristo “até os extremos da terra” (cf. At 1,8). As cartas a Timóteo, escritas na prisão em Roma, são a prova disso, pois Roma é a capital do mundo, o trampolim para o evangelho se espalhar por todo o mundo civilizado daquele tempo. Paulo é o “apóstolo das nações”. No fim da sua vida, pode entregá-la como “oferenda adequada” a Deus, assim como ensinou (Rm 12,1). Como Pedro, ele experimenta Deus como o Deus que liberta da tribulação (cf. a primeira leitura).

Hoje, celebra-se especialmente o “dia do papa”. Isso enseja uma reflexão sobre o serviço da responsabilidade última. Importa libertar-nos de um complexo antiautoritário de adolescentes. Pedro e Paulo representam duas vocações na Igreja, duas dimensões do apostolado – diferentes, mas complementares. As duas foram necessárias para que pudéssemos comemorar, hoje, os cofundadores da Igreja universal. A complementaridade dos dois “carismas” continua atual: a responsabilidade institucional e a criatividade missionária. Essa complementaridade pode provocar tensões (cf. Gl 2); por exemplo, as preocupações de uma “teologia romana” podem não ser as mesmas que as de uma “teologia latino-americana”. Mas tal tensão pode ser extremamente fecunda e vital para a Igreja toda. Hoje, sabemos que o pastoreio dos fiéis – a pastoral – não é exercido somente pelos



“pastores constituídos” como tais, pela hierarquia. Todos os fiéis são um pouco pastores uns dos outros. Devemos conservar a fidelidade a Cristo – a nossa e a dos nossos irmãos – na solidariedade do “bom combate”.

E qual será, hoje, o bom combate? Como no tempo de Pedro e Paulo, a luta pela justiça e pela verdade em meio a abusos, contradições e deformações. Por um lado, a

exploração desavergonhada, que até se serve dos símbolos da nossa religião para fins lucrativos; por outro, a tentação de largar tudo e dizer que a religião é um obstáculo à emancipação humana. Nossa luta é, precisamente, assumir a libertação em nome de Jesus, sendo-lhe fiéis, pois, na sua morte, ele realizou a solidariedade mais radical que podemos imaginar. ●

Diretrizes para autores

A Vida Pastoral recebe artigos de mestres e doutores. Os textos devem ser:

- Inéditos e não enviados a outras revistas;
- Em linguagem pastoral, acessível, sem prejuízo da profundidade do texto;
- Com tamanho de 15 a 20 mil caracteres (contando os espaços);
- Subdivididos em subtítulos, para facilitar a leitura.

Além disso:

- Evitar notas de rodapé em grande quantidade e tamanho; as informações julgadas importantes devem ser postas no corpo do texto, fazendo notas explicativas apenas quando isso não for possível;
- Usar o recurso a notas apenas em casos de notas explicativas;
- As referências bibliográficas de citações deverão ser inseridas no corpo do artigo, entre parêntesis, seguindo o padrão: sobrenome, ano da publicação, número da página;
- A bibliografia deverá estar disposta no final do artigo. As obras, em ordem alfabética, devem obedecer à seguinte sequência: autor (sobrenome em caixa alta, seguido pelo nome). *Título em itálico*. Edição. Cidade: Editora, data da publicação. Para outros itens não exemplificados aqui, seguir as normas da ABNT, citação dos elementos essenciais (NBR 6023, facilmente localizável na internet);
- Evitar lista bibliográfica muito extensa, incluindo apenas o fundamental;
- Enviar os arquivos em documento do Word, simples, sem formatação, fonte *Times New Roman*, espaçamento de 1,5, tamanho 12;
- Citações maiores que três linhas devem ser destacadas do corpo do texto, com recuo maior e tamanho das letras 11, sem necessidade de aspas ou itálico;
- Inserir no início, em itálico, pequeno resumo de 3 a 4 linhas;
- Incluir no final do artigo pequeno texto de 3 linhas com informações biográficas do autor e *e-mail* para contato;
- Traduzir todas as citações em língua estrangeira;
- Enviar anexo ao *e-mail* do editor (vidapastoral@paulus.com.br).